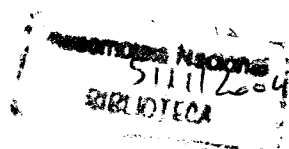




REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL DE CONTAS



PARÉCER

CONTA GERAL DO ESTADO

ANO ECONÓMICO DE 1991

DEZEMBRO 1999

INDICE

I.	CONSIDERAÇÕES PREAMBULARES	4
II.	O PAPEL DO TRIBUNAL DE CONTAS NA APRECIAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS	6
III.	O PROCESSO ORÇAMENTAL	7
IV.	A CONTA GERAL DO ESTADO E SUA ESTRUTURA.....	10
V.	A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	11
	5.1. GENERALIDADES	11
	5.2. ORÇAMENTO DAS RECEITAS	12
	5.2.1. Considerações Preliminares.....	12
	5.2.2. A Estrutura das Receitas Orçamentais	12
	5.2.3. Distribuição Geográfica das Receitas.....	17
	5.3. ORÇAMENTO DAS DESPESAS	19
	5.3.1. Análise Global da Execução do Orç. das Despesas.....	19
	5.3.2. Comparação entre as Desp. Previstas e as Efectuadas.	19
	5.3.3. Análise das Despesas de Funcionamento.....	20
	5.3.4. As Despesas de Investimento do Plano	25
VI.	AS OPERAÇÕES DE TESOURARIA E TRANSFÊRENCIAS DE FUNDOS.....	27



VII.	A DÍVIDA PÚBLICA CABOVERDIANA.....	29
VIII.	A CONTA CONSOLIDADA DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 1991.....	34
IX.	RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	36
X.	RESUMO DAS VERIFICAÇÕES FEITAS NOS CAPÍTULOS ANTERIORES.....	39
XI.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	42
	11.1- CONCLUSÕES.....	42
	11.2 – RECOMENDAÇÕES	43
XII.	ANEXOS.....	45

I. CONSIDERAÇÕES PREAMBULARES

1.1 A Lei n.º 2/81, de 12 de Fevereiro, que aprovou a Constituição Política da República de Cabo Verde, estatuiu, no seu artigo 215º, que competia ao Governo, reunido em Conselho de Ministros, no exercício de funções políticas, aprovar e apresentar à Assembleia Nacional Popular as contas gerais do Estado e de outras entidades públicas e o relatório anual.

Por seu turno, a actual Constituição de Cabo Verde, aprovado pela Lei Constitucional n.º 01/IV/92, de 25 de Setembro, reservou à Assembleia Nacional a competência absoluta para a tomada das contas gerais do Estado, encontrando-se o respectivo processo regulado no Capítulo III do Regimento da Assembleia Nacional, aprovado pela Lei n.º 1/IV/91, de 4 de Julho, publicado no suplemento ao B. Oficial, n.º 26, da mesma data.

1.2- Importa contudo sublinhar que até 1990 não havia sido apresentado à Assembleia Nacional verdadeiras contas que espelhassem toda a actividade financeira do Estado, nos vários exercícios económicos, questão cujo historial está amplamente espelhado no preâmbulo da Resolução n.º 50/V/97, publicado no 4º Suplemento ao Boletim Oficial- I Série - n.º 23, de 19 de Junho.

Na verdade, o Governo da II República, em virtude de nenhuma verdadeira CGE tinha sido apreciada e aprovada, nos termos legais, com referência ao período de 1975/90, não podia determinar os saldos de início e fim de cada exercício económico. Nestas condições, informara à Assembleia Nacional de que não podendo determinar o saldo final da execução orçamental relativo ao exercício de 1990, se encontrava perante uma situação de impasse de não poder apresentar a Conta Geral do Estado relativamente ao exercício de 1991.

Valorando a informação prestada pelo Governo, entendeu a Assembleia Nacional que a ultrapassagem de tal situação de impasse exigia a adopção de medidas excepcionais que criassem condições de modo a que a Conta Geral do Estado passasse a ser regularmente prestada, o que passaria pela resolução da questão do saldo final da 1ª República.

Esta é a razão de ser da referida Resolução, na qual foi transmitida ao Governo a seguinte orientação:



Artigo 1º: «Para efeitos da prestação da Conta Geral do Estado relativamente ao ano económico de 1991 e seguintes, considera-se nulo o saldo da gestão financeira e patrimonial do Estado com referência a 31 de Dezembro de 1990 ».

Artigo 2º: «Tendo em conta o disposto no artigo 1º e com vista à retomada do calendário normal de apresentação da Conta Geral do Estado, a Assembleia Nacional recomenda ao Governo que apresente as Contas do Estado relativamente aos anos económicos de 1991 a 1995, até 30 de Setembro de 1997 e a do ano económico de 1996, até 31 de Dezembro de 1997».

Refira-se que, a avaliar pelas informações publicitadas através dos órgãos de comunicação social, este calendário foi rigorosamente cumprido, tendo o Governo entregue, nas datas acima apontadas, as referidas contas à Assembleia Nacional.

1.3- É assim que, ao abrigo do disposto na acima citada alínea b) do artigo 189º da Constituição, S.E. o Presidente da Assembleia Nacional, remeteu, em 4 de Novembro ao Tribunal de Contas os «dossiers» contendo as contas gerais do Estado referentes aos anos de 1991 a 1995, solicitando o competente parecer, contas estas que, no entanto, não se faziam acompanhar das indispensáveis notas explicativas das múltiplas operações financeiras realizadas no exercício nem tão pouco de outros elementos necessários à sua apreciação.

1.4- Iniciou-se a programação dos trabalhos preparatórios, ao que se seguiu a de imediato a respectiva análise preliminar, tendo esta revelado logo à partida que a CGE não reflectia toda a actividade financeira pública no ano em exame, designadamente porque faltava consolidar num quadro as chamadas operações de encerramento da Conta, ou sejam “as operações de fim de ano”, que dão origem a um quadro onde são escriturados as entradas e saídas de fundos, (receita cobrada + operações de tesouraria + transferência de fundos + reposições não abatidas nos pagamentos).

1.5- Para suprir tais lacunas, foram de imediato solicitados os dados e informações em falta aos departamentos da administração financeira do estado mais directamente ligados à problemática da execução orçamental, designadamente as direcções gerais do Tesouro e do Orçamento.

A verdade seja dita que, apesar de certo espírito de colaboração reiteradamente manifestado por aqueles organismos, o resultado dos nossos esforços para obtenção atempada de tais informações ficou aquém do que era legítimo esperar, tanto mais que, não tendo aqueles serviços elaborado o competente relatório da execução orçamental na área respectiva, dificilmente

poderia este Tribunal emitir um parecer devidamente fundamentado sobre os resultados das operações e da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos que integram a administração pública do Estado.

II. PAPEL DO TRIBUNAL DE CONTAS NA APRECIACÃO DAS CONTAS PÚBLICAS

O Tribunal de Contas é, de acordo com o art.º 241º da Constituição da República de Cabo Verde, o órgão supremo da fiscalização da legalidade das despesas públicas e de julgamento das contas que a lei mandar submeter-lhe.

Inserido no aparelho judiciário, exerce este Tribunal funções da maior importância no nosso Estado de Direito democrático, em que a prestação regular de contas pelos dirigentes máximos da Nação constitui um dos fundamentos básicos sobre que assenta esse mesmo Estado e dá consistência à própria democracia, sendo certo que a correcta utilização dos dinheiros públicos e sua fiscalização por um destacado órgão do poder central, independente do Executivo e dos restantes Órgãos de Soberania, se configura como uma exigência decorrente da própria natureza desse Estado.

Trata-se, como se sabe, de um dever indeclinável imposto pela Constituição e pelas leis ordinárias e que, tradicionalmente, decorre, da combinação do princípio da autorização genérica e global, concedida ao Executivo para cobrar receitas e efectuar despesas, ambas inscritas anualmente no Orçamento.

Importa salientar que a prestação de contas, constitui, sem dúvida, o momento propício para o Parlamento exercer o controlo político sobre a acção do Poder Executivo, com especial destaque para a actividade financeira pública que, como é sabido, tem por objecto a arrecadação e a afectação directa dos recursos públicos à satisfação de necessidades colectivas.

Esta actividade é reflectida anualmente na Conta Geral do Estado, documento de natureza contabilístico-financeiro, que expressa de forma sintética os resultados da execução orçamental, através da quantificação tipificada das receitas efectivamente arrecadadas e das despesas realmente pagas em dado exercício.

O Tribunal de Contas não julga a Conta Geral do Estado. Apenas a aprecia unicamente na base de critérios técnicos e de legalidade, apreciando, designadamente, o cumprimento dos princípios e normas da Contabilidade Pública, do Direito Financeiro e demais diplomas com implicações ao nível



orçamental. Cabe-lhe examiná-la tecnicamente e emitir um parecer fundamentado sobre a forma como decorreu no exercício a execução do Orçamento do Estado, designadamente declarando se foram ou não integralmente cumpridas as leis orçamentais e outras leis especiais em vigor durante a gerência e quais as infracções dos seus responsáveis

Sublinhe-se que nessa apreciação evita o Tribunal, tanto quanto possível, formular juízos de natureza política, de conveniência ou oportunidade da cobrança desta ou daquela receita ou da realização desta ou daquela despesa pública, desde que uma e outra obedeçam os requisitos prescritos nas leis.

Todavia, não se coíbe, onde e quando se mostrar necessário, de recomendar ao Parlamento e ao Governo, no âmbito da competência de cada Poder, a tomada de medidas correctivas ou de providências com vista a melhorar a execução anual do Orçamento, tendo sempre em conta o princípio da mais racional utilização possível das dotações aprovadas e o princípio da melhor gestão da tesouraria (art.º 16º da LEO, *in fine*).

Refira-se contudo que, no que tange à responsabilidade orçamental e a consequente prestação de contas, o legislador pátrio quis separar, de forma inequívoca, a responsabilidade do Poder Executivo da dos responsáveis pela gestão de dinheiros, bens e valores públicos. É que sobre estes exerce o Tribunal a sua função jurisdicional, quando, através dos seus acórdãos, julga as respectivas contas de gerência e fixa as correspondentes responsabilidades financeiras quando a isso houver lugar, enquanto que nas Contas do Executivo exerce àquele órgão apenas uma função analítica e de parecer, sem prejuízo, porém, de poder efectivar responsabilidade financeira aos ordenadores da despesa pública por ilícitos financeiros praticados no decurso da execução orçamental.

III. O PROCESSO ORÇAMENTAL

3.1- Entende-se por processo orçamental o conjunto de etapas e procedimentos que visam a elaboração e aprovação dos orçamentos gerais do Estado: Todavia este processo não se confunde e nem é sinónimo de ciclo orçamental, já que este possui abrangência bem mais ampla, por compreender as etapas preliminares à elaboração orçamental e as posteriores a esta (execução e avaliação).

Na verdade, pode definir-se o ciclo orçamental como uma série de fases articuladas entre si, que se repetem em períodos prefixados, através das quais os orçamentos sucessivos são preparados, votados, executados, avaliados e as

contas aprovadas. Contudo, apesar de pertencerem à mesma realidade financeira, o ciclo orçamental é uma actividade que antecede o processo orçamental e sucede-se-lhe no tempo, terminando-se somente com a apresentação das contas e o respectivo julgamento político pelo Parlamento.

No caso concreto da realidade cabo-verdiana, o procedimento para a elaboração do Orçamento Geral do Estado encontra-se regulado no Capítulo II da Lei n.º 51/II/85, que dedica a esta importante questão os seus artigos 7º a 12º. Assim, por exemplo, o artigo 8º fixa o conteúdo do projecto de lei orçamental, dispõe que o seu articulado e os respectivos anexos conterão, para além das normas necessárias para orientar a elaboração do decreto orçamental, a discriminação das receitas e a das despesas na parte respeitante às dotações globais correspondentes às funções e aos Ministérios e Secretarias de Estado, devendo o mesmo projecto ser acompanhado de todos os elementos necessários à justificação orçamental apresentada.

Por outro lado, o artigo 11º trata do processo da elaboração do Orçamento Geral do Estado propriamente dito, estatuidando que aquele orçamento será elaborado pelo Governo em conformidade com a lei do Orçamento e de harmonia com as opções do Plano Nacional de Desenvolvimento e, no que toca à especificação das dotações, o Governo dará prioridade às obrigações decorrentes de lei ou de contrato, e bem assim à execução de programas ou projectos plurianuais e outros empreendimentos constantes do plano anual

Por outro lado, a problemática da execução do Orçamento e alterações orçamentais é tratada no capítulo II, sendo de realçar o conteúdo dos artigos 13º e 14º que se referem aos efeitos do orçamento das receitas e os das despesas.

3.2 - O Orçamento Geral do Estado para o ano de 1991, foi aprovado pela Lei n.º 4/IV/91, de 4 de Julho, e publicado no Suplemento ao Boletim Oficial n.º 26 da mesma data. Sublinhe-se que o processo de elaboração e execução do Orçamento obedeceu, no essencial, aos princípios e regras básicos estatuidos na Lei n.º 51/II/85, de 10 de Janeiro - a lei de enquadramento orçamental¹ então vigente no País.

Quanto ao respectivo conteúdo, os mapas de previsão das receitas e despesas obedecem, de um modo geral, à estrutura igualmente preconizada na referida lei, observando-se contudo que não constam daquele importante documento de

¹ Revogada pela Lei n.º 86/IV/93; esta, por sua vez, também revogada pela Lei n.º 78/V/98, respectivamente, de 23 de Novembro e 7 de Dezembro



gestão financeira pública os mapas de despesas globais dos serviços e fundos autónomos, elaborados segundo a classificação orgânica por capítulos, classificação funcional e classificação económica.

Posteriormente, foi publicada a Lei n.º 19/IV/91, de 31 de Dezembro, que aprovou um orçamento suplementar de 196,2 milhares de contos para ocorrer a encargos imprevistos ou insuficientemente dotados no orçamento inicial, pelo que as despesas globais do Orçamento se fixaram definitivamente em 10.428 milhares de contos e as receitas estimadas em igual quantia.

Importa sublinhar que pela Lei n.º 4/IV/91, também conhecida por lei do orçamento anual, foi o Governo autorizado a tomar um conjunto de medidas de política económica e financeira, de forma a salvaguardar não só os princípios e regras orçamentais universalmente aceites como também certos equilíbrios macro-económicos fundamentais. Contempla ainda aquele diploma as normas necessárias à execução orçamental, as fontes de financiamento, designadamente, a autorização para o Governo recorrer a operações de crédito interno ou externo para fazer face às necessidades de financiamento do Orçamento Geral do Estado.

Foi ainda recomendado ao Governo, através daquela lei, a adopção de um conjunto de medidas de política económica e financeira em áreas chaves, designadamente a contenção e controle das despesas públicas, a renegociação da estrutura da dívida pública, alienação das participações de capital em empresas mistas cujas actividades não sejam decisivas para o Estado e a legislar sobre os impostos e sistema fiscal, com vista à sua actualização.

3.3 - O DECRETO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O Orçamento do Estado para o ano de 1991 foi posto em execução pelo Decreto n.º 72/91, publicado no suplemento ao BO n.º 26 da mesma data.

Este diploma legal é constituído por 6 artigos e o Anexo A relativo ao Mapa das Despesas fixadas para 1991, no montante 10.232 milhares de contos, consagrando ainda nomeadamente regras sobre o regime duodecimal, a utilização das dotações orçamentais, alterações ao orçamento, dotações e orçamentos dos investimentos do Plano, serviços e fundos autónomos, adiantamentos de fundos, prazos para autorização das despesas.

IV. A CONTA GERAL DO ESTADO E SUA ESTRUTURA

4.1- A Lei n.º 26/III/87, de 31 de Dezembro, no seu art.º 1º, definiu a Conta Geral do Estado como “a síntese de toda a execução do Orçamento Geral do Estado, durante o ano económico a que respeita”, devendo-se adoptar, na sua elaboração, a mesma classificação de receitas e despesas previstas no Orçamento Geral do Estado e que deveria ser estruturada na forma prescrita na lei, de modo a reflectir com transparência os resultados da execução orçamental, designadamente, através da quantificação tipificada da totalidade das receitas efectivamente arrecadadas e das despesas realmente pagas.

4.2- Contudo, foi o Decreto-Lei n.º 49/89, de 26 de Junho, que veio ocupar-se da estruturação daquela conta, estatuinto, no seu art.º 1º, que a Conta Geral do Estado é constituída pelo relatório do Ministro das Finanças e pelas Partes I e II, onde se fará a análise de toda a execução orçamental durante o ano económico a que a conta respeita, tanto quanto possível inserida na evolução da economia nacional no mesmo período, bem como da situação financeira do Estado no fim desse período.

Nos termos da mesma disposição legal, deve ainda aquele relatório ser acompanhado de mapas e quadros com informações relativas à evolução das receitas e despesas orçamentais, da dívida pública e respectivos encargos, aos investimentos do Plano e seu financiamento e aos créditos do Estado em 31 de Dezembro do ano a que a conta respeite.

Quanto ao conteúdo das Partes I e II daquela Conta, importa sublinhar que a primeira é constituída por 8 mapas, sendo os primeiros sete relativos a diferentes ópticas de registo ou de classificação das receitas e despesas do Estado e o oitavo, referente à conta geral do movimento de operações de tesouraria, com indicação dos saldos em 1 de Janeiro e 31 de Dezembro.

No que tange, porém, à parte II, nos termos do art.º 4º daquele diploma, consiste no desenvolvimento das receitas e despesas realizadas no ano a que a conta respeita, com a mesma especificação com que o Orçamento Geral do Estado foi posto em execução e contém:

- a) Desenvolvimento, por impostos e outros rendimentos, das receitas do Estado por cobrar em 1 de Janeiro, liquidadas, anuladas e cobradas durante o ano e por cobrar em 31 de Dezembro;



- b) Desenvolvimento das despesas realizadas, por Ministérios, comparadas com as dotações orçamentais, ou seja, os resultados da execução orçamental no período de que se prestam contas.

V. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

5.1 GENERALIDADES

É princípio assente que a execução do orçamento deve sujeitar-se, no plano jurídico, ao princípio da legalidade substancial, isto é, ela deve respeitar as leis em geral - legalidade genérica - e a própria lei orçamental anual - legalidade específica. Ora, sendo a cabimentação orçamental uma forma de legalidade específica que afecta os actos dela carecidos, se tais actos forem desconformes ao Orçamento, o princípio da legalidade implica que eles não sejam autorizados pelo departamento que se ocupa da Contabilidade Pública e declarados ineficazes, sob o ponto vista financeiro por este Tribunal.

Importa contudo referir que do princípio da legalidade decorre a tipicidade orçamental, conceito jurídico-financeiro segundo o qual não existem receitas nem despesas que possam ser efectuadas se não estiverem inscritas no orçamento.

Observe-se, todavia, que a referida a tipicidade tem diferente natureza, consoante se trate do orçamento das despesas ou do orçamento das receitas.

No caso do orçamento das receitas, trata-se de uma mera tipicidade qualitativa, ou seja, só a espécie de receitas é que está condicionada, não o montante orçado, que não é vinculativo, podendo a cobrança exceder a previsão. Assim sendo, a percepção de qualquer receita pública, mesmo que previamente criada por lei, que não tenha sido inscrita em rubrica adequada do Orçamento é ilegal, atento ao disposto n.º 1 do art.º 13º da Lei n.º 51/II/85, nos termos do qual “nenhuma receita pode ser liquidada ou cobrada, mesmo que seja legal, se não tiver sido objecto de inscrição orçamental”.

Porém, na execução das despesas a exigência é maior, porquanto, além da tipicidade qualitativa, deve ainda respeitar-se a tipicidade quantitativa. O artigo 14º da lei em referência, estatui que as dotações orçamentais constituem o limite máximo a utilizar na realização das despesas e que nenhuma despesa poderá ser efectuada sem que, além de ser legal, se encontre suficientemente discriminada no Orçamento Geral do Estado, tenha cabimento no correspondente crédito orçamental e obedeça ao princípio da utilização por duodécimos, salvo, neste último caso as excepções autorizadas por lei.

Neste sentido, as despesas são autorizadas em espécie (tipicidade qualitativa) e em quantidade (tipicidade quantitativa), não podendo por conseguinte exceder quer o montante máximo que consta do Orçamento, quer as dotações globais (por tipos económicos, funcionais, materiais ou orgânicos) da Lei do Orçamento, nem os créditos de despesa que as desenvolvem em concreto.

Procede-se nesta parte do relatório à análise detalhada, até onde os dados disponíveis o permitam, das receitas arrecadadas e das despesas efectuadas no exercício em apreço, quer na vertente da previsão quer na da respectiva execução. Observe-se, no entanto, que os dados constantes da Conta Geral do Estado não espelham toda a actividade financeira do Estado na gerência em exame, por nela não estar incluída a totalidade das operações realizadas pelo Tesouro, designadamente os empréstimos contraídos e demais operações de obtenção de recursos para o financiamento do Orçamento Geral do Estado.

5.2 - ORÇAMENTO DAS RECEITAS

5.2.1. Considerações Preliminares

A actividade financeira do Estado reflectida na Conta Geral do Estado, foi apurada no domínio das receitas pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos que centraliza as informações das várias entidades que intervêm na sua liquidação e cobrança e que são as Repartições concelhias de Finanças e as circunscrições Aduaneiras do País, designadamente, as Alfândegas da Praia, do Mindelo e do Sal, e a Direcção do Tesouro.

Relativamente os Cofres Públicos a acção do Tribunal ainda não se fez praticamente sentir, por razões que se prendem com a escassez de recursos humanos, porquanto ainda não se procedeu no exercício em exame ao julgamento das contas dos responsáveis na qualidade de exactores da Fazenda Pública, com excepção do Cofre do Tesouro, já que, pela sua natureza específica, apenas regista operações escriturais.

5.2.2 – A Estrutura das Receitas Orçamentais

As receitas públicas, como se sabe, estão arrumadas no Orçamento Geral do Estado em dois grandes agrupamentos - as Receitas Correntes e as Receitas de Capital.

Provêm, as primeiras, do rendimento do próprio período financeiro e, as segundas, das poupanças acumuladas pelos agentes económicos, incluindo o próprio Estado e as suas instituições. Incluem-se nas receitas correntes as receitas



patrimoniais, as taxas e os impostos e nas de capital se englobam o montante dos empréstimos que o Estado obtém no mercado financeiro, quer directamente quer do produto da venda pelo Estado de títulos de crédito privados.

Na sequência das alterações orçamentais introduzidas pela Lei n.º 19/IV/91, de 31 de Dezembro, a previsão das receitas orçamentais se fixou em 10.428 milhares de contos, contra os 10.232 inicialmente previstos. Se tomarmos como base os dados constantes da CGE, constata-se que, em termos de execução orçamental, a arrecadação das receitas não ultrapassou os 4.841,4 milhares de contos, em contraste com os 10.428 milhares orçamentados, correspondendo a uma taxa de execução de 46,4%.

Convém referir que esta baixa taxa de realização deve-se ao facto de, naquela Conta, não constar as receitas da rubrica «Passivos Financeiros». Todavia, dados obtidos directamente da DGT, mostram que nesta rubrica se realizaram receitas no montante de 1.853,9 milhares de contos, como se poderá verificar no quadro que se segue.

**QUADRO I: TAXA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS "PASSIVOS
FINANCEIROS" EM 1991**

(Em milhares de contos)

Designação	Previsão	Realização	Desvio	Tx. Real.
Credito Interno	382	1.226,1	844	321,0%
Credito Externo	1.951	627,8	-1.323	32,2%
Total	2.333	1.853,9	482	79,0%

Com a inclusão dos valores realizados nos passivos financeiros, o total das receitas cobradas atinge os 6.695,3 milhares de contos ou seja uma realização de 64,2% em relação ao total orçamentado.

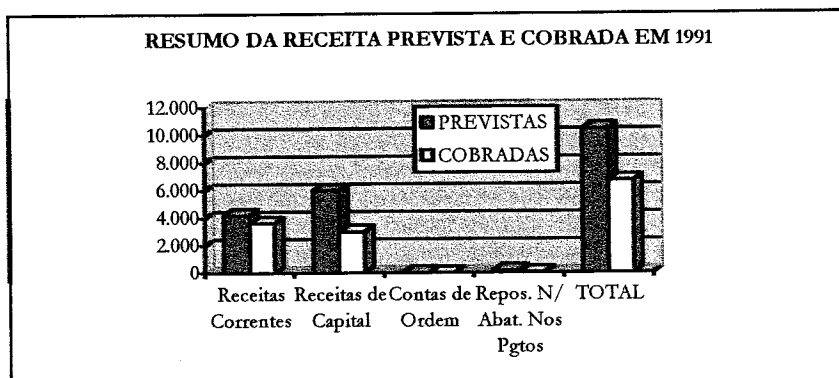
No quadro e gráfico que a seguir se inserem, se apresenta com alto nível de agregação, a estrutura da receita prevista e cobrada, assim como a importância das respectivas componentes.

QUADRO II: RESUMO DA RECEITA PREVISTA E COBRADA EM 1991

(em milhares de contos)

DESIGNAÇÃO	PREVISÃO		EXECUÇÃO		TAXA EXEC.
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	
Receitas Correntes	4.213	40,4%	3.638,7	54,4%	86,4%
Receitas de Capital	5.998	57,5%	3.009,5	44,9%	50,2%
Contas de Ordem	42	0,4%	0	0,0%	0,0%
Repos. N/ Abat. Nos Pgtos	175	1,7%	47,1	0,7%	26,9%
TOTAL	10.428	100,0%	6.695,3	100,0%	64,2%

987



Verificam-se, assim, substanciais desvios entre a previsão e a cobrança de receitas, no montante de 3.732,7 milhares de contos.

Tais desvios, representando 35,8% do total orçamentado, verificaram-se fundamentalmente nas rubricas Transferências de Capital (2.329), Passivos Financeiros (482); Rendimentos de Propriedades (456) e Contas de Ordem (42). Sublinhe-se que, de entre aqueles desvios, sobressai o registado no grande agrupamento "Receitas de Capital", na rubrica "Transferências de Capital" com uma taxa de realização relativamente ao montante previsto de 30,1%. (VÊR QUADROS – Receitas Correntes e Receitas de Capital)

5.2.2.1. - As Receitas Correntes

Apresenta-se no quadro da página seguinte a estrutura das receitas correntes, por capítulos e por grupos de classificação económica, o que permite identificar, a nível mais desagregado, não só o peso de cada rubrica no Orçamento - Previsão e na Conta - Execução, mas também quais as rubricas orçamentais onde se registaram maiores desvios entre a previsão e a cobrança.

QUADRO III: ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES EM 1991
(em milhares de Contos)

CAP.	DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS	PREVISÃO		EXECUÇÃO		TAXA EXEC.
		VALOR	%	VALOR	%	
01	Impostos Directos	956,1	22,9%	944,2	25,9%	98,8%
02	Impostos Indirectos	2.131,9	50,2%	2.165,4	59,5%	101,6%
03	Taxas Multas e Out. Penalid.	97,6	2,3%	107,0	2,9%	109,6%
04	Rendimentos de Propriedades	705,0	16,9%	248,9	6,8%	35,3%
05	Transferências- Sector Público	215,5	5,2%	53,1	1,5%	24,6%
06	Vendas de Bens Duradouros	-	-	0,0	0,0%	-
07	Vendas de Serv. e Bens n/Durad.	107,0	2,6%	119,9	3,3%	112,1%
08	Outras Receitas Correntes	-	-	0,2	0,0%	-
TOTAL		4.213,1	100,0%	3.638,7	100,0%	86,4%

28/3



Da observação dos dados insertos no quadro anterior, se infere que a arrecadação das receitas correntes se cifrou em 3.638,7 milhares de contos, ou seja, 86,4 % do total previsto. Contudo, registaram-se em certas rubricas cobranças que excederam a previsão orçamental, num total pouco expressivo de cerca 60 milhares de contos, porém, insuficientes para compensar os desvios negativos verificados noutras rubricas. Os aumentos tiveram lugar nos Impostos Indirectos (+33); as Taxas, Multas e Outras Penalidades (+9); a Venda de Serviços e Bens Não Duradouros (+13).

Constata-se, por outro lado, que a arrecadação registada nalgumas rubricas ficou aquém dos montantes orçamentados, designadamente, na relativa às “Transferências Correntes”, que duma previsão de 216 milhares de contos, apenas se encaixaram 162 milhares e os “Rendimentos de Propriedades”, em que dos 705 milhares de contos previstos apenas se cobraram 249 milhares, correspondendo tais encaixes a, respectivamente, 75,4% e 35,3% do total orçamentado.

Ainda da leitura do mesmo quadro se verifica que não foram igualmente previstas no orçamento das receitas quaisquer verbas para as rubricas “Venda de Bens Duradouros”- Cap.06, Grupo 01, artigo 01 e “Outras Receitas Correntes”- Cap.08, Artigos 01 e 02, não obstante se terem registado naquelas rubricas cobranças no montante de 4 e 156 contos, respectivamente, facto que constitui infracção financeira. A percepção destas receitas, sem que as mesmas tenham sido inscritas em rubrica adequada do Orçamento é ilegal, porque contraria o disposto no art.º 17º da Lei n.º 86/IV/93, segundo o qual “nenhuma receita pode ser liquidada ou cobrada, mesmo que seja legal, se não tiver sido objecto de inscrição orçamental”.

Dado o enorme peso das receitas fiscais no conjunto das receitas correntes (85%), afigura-se de particular interesse analisar o seu comportamento no exercício financeiro, designadamente nas suas duas principais componentes - os Impostos Directos e os Indirectos, cobrados nas repartições concelhias de finanças e nas circunscrições aduaneiras do País.

QUADRO IV: AS RECEITAS FISCAIS EM 1991

(em milhares de contos)

CP	GR.	DESIGNAÇÃO	PREVISTO		COBRADO		DESVIO	
			VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
01		Impostos Directos	956,1	31,0	944,2	30,4	-11,9	-1,2
	01	Sobre o rendimento	922,8	29,9	903,1	29,0	-19,7	-2,1
	02	Outros	33,3	1,1	41,1	1,3	7,8	23,4
02		Impostos Indirectos	2.131,9	69,0	2.165,4	69,6	33,5	1,6
	01	Aduaneiros	855,0	27,7	865,3	27,8	10,3	1,2
	02	Outros	1.241,9	40,2	1.300,1	41,8	58,2	4,7
TOTAL			3.088,0	100,0	3.109,6	100,0	21,6	0,7

Como se poderá verificar nos valores inseridos neste quadro, as cobranças fiscais, no seu conjunto, ascenderam a 3.109,6 milhares de contos, ligeiramente superior aos 3.088 milhares orçamentados, acréscimo devido aos Impostos Indirectos, cuja cobrança superou a previsão em 34 milhares de contos, excesso este registado nas cobranças das rubricas Serviços de Importação e Exportação (+27,8%), Serviços Aduaneiros e de Polícia Fiscal (+7%) e Imposto de Consumo (+1%).²

Sublinhe-se que a alta taxa de arrecadação registada nos Impostos Indirectos, é reveladora da debilidade da estrutura produtiva interna até então prevalecente no país, que não era geradora de rendimentos directamente tributáveis, o que constitui aliás uma característica peculiar a todos os países em desenvolvimento.

No que se refere aos Impostos Directos cobrados nas instâncias fiscais e aduaneiras, a sua boa execução orçamental ficou a dever-se fundamentalmente à Contribuição Predial, ao Imposto Profissional (+4%), aos Impostos de Capitais e Impostos sobre Rendimento do Petróleo, cada um dos quais com uma taxa de realização de 100%. Todavia, nalgumas rubricas orçamentais se registaram amplos desvios negativos entre os montantes previstos e os efectivamente cobrados, designadamente nas rubricas Taxa Especial Armazenagem de Combustível (-30%), Imposto de Circulação de Veículos Automóveis (-6%) e Imposto Complementar (-6%).³

5.2.2.2 - As Receitas de Capital

O quadro que a seguir se apresenta mostra como se estrutura a receita de capital, desagregada por capítulos e grupos de classificação económica:

² Cfr. Anexos³ Idem



QUADRO V : AS RECEITAS DE CAPITAL PREVISTAS E COBRADAS EM 1992

(em milhares de contos)

COD. Cap.	DESIGNAÇÃO	PREVISTO		RECEBIDO		TAXA EXEC.
		VALOR	%	VALOR	%	
09	Venda de Bens de Investimento	85,5	1,4%	0,6	0,0%	0,7%
10	Transferências	3.334,4	55,6%	1.005,1	33,4%	30,1%
11	Activos Financeiros	245,0	4,1%	149,8	5,0%	61,2%
12	Passivos Financeiros	2.333,1	38,9%	1.853,9	61,6%	79,5%
13	Outras Receitas de Capital	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-
TOTAL		5.997,9	100,0%	3.009,4	100,0%	50,2%

Este quadro evidencia uma enorme discrepância entre o montante previsto para o total da receita de capital (5.998 milhares de contos) e o efectivamente cobrado (3.009,5 milhares), correspondendo este montante a uma taxa de execução de cerca de 50,2%, explicável fundamentalmente pela baixa realização de fundos na rubrica "Transferências de Capital", como ficou anteriormente assinalado.

5.2.3. Distribuição Geográfica das Receitas

O quadro seguinte mostra a estrutura das receitas por cobrar em 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 1991 assim como as receitas liquidadas, cobradas e anuladas nesse ano:

QUADRO VI : RECEITAS ARRECADADAS OU A ARRECADAR NAS REPARTIÇÕES CONCELHIAS DE FINANÇAS E NAS CIRCUNSCRIÇÕES ADUANEIRAS DO PAÍS

(em milhares de contos)

CONCELHOS	RECEITAS POR COBRAR EM 01-01		RECEITAS LIQUIDADAS		RECEITAS COBRADAS		RECEITAS ANULADAS		RECEITAS POR COBRAR EM 31-12	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Boavista	11,0	0,8%	2,2	0,3%	7,4	0,2%	0,0	0,0%	7,8	0,6%
Brava	8,8	0,6%	1,2	0,1%	7,7	0,2%	0,0	0,0%	6,5	0,5%
Fogo	16,0	1,2%	10,9	1,3%	53,2	1,1%	0,2	2,2%	13,7	1,1%
Maio	8,6	0,6%	2,0	0,2%	4,8	0,1%	0,0	0,2%	7,8	0,6%
Mosteiro	3,6	0,3%	2,1	0,2%	3,5	0,1%	0,0	0,0%	3,3	0,3%
Paúl	5,9	0,4%	2,5	0,3%	4,6	0,1%	0,2	2,8%	5,2	0,4%
Porto Novo	15,6	1,1%	4,4	0,5%	12,1	0,3%	0,2	2,4%	13,8	1,1%
Praia	539,3	39,0%	431,2	51,7%	3.284,2	67,8%	2,8	38,0%	488,6	38,7%
Ribeira Grande	29,8	2,2%	12,9	1,5%	20,9	0,4%	0,1	1,3%	29,8	2,4%
Sal	156,9	11,4%	61,1	7,3%	274,5	5,7%	0,0	0,0%	129,6	10,3%
Santa Catarina	47,6	3,4%	9,7	1,2%	29,4	0,6%	0,4	5,2%	36,4	2,9%
Santa Cruz	11,8	0,9%	5,3	0,6%	6,6	0,1%	0,0	0,0%	13,3	1,0%
São Nicolau	15,3	1,1%	11,1	1,3%	18,5	0,4%	0,1	0,8%	14,0	1,1%
São Vicente	488,1	35,3%	269,2	32,3%	1.100,3	22,7%	3,5	47,0%	470,7	37,2%
Tarrafal	23,9	1,7%	7,7	0,9%	13,4	0,3%	0,0	0,0%	23,5	1,9%
TOTAL	1.382,3	100,0%	833,3	100,0%	4.841,3	100,0%	7,5	100,0%	1.264,0	100,0%

Fonte: DGCI

Decorre da análise deste Mapa que as Receitas Por Cobrar em 1/01/1991, eram de 1.382,3 milhares de contos, baixando-se este montante para 1.264 milhares de contos no final do ano. Porém, no que se refere às Receitas Cobradas, os Concelhos que mais contribuíram para as receitas arrecadadas destacam-se a Praia (67,8%), S.Vicente (22,7%), Sal (5,7%).

Em termos absolutos, foi a seguinte a contribuição destes três concelhos para o total das receitas arrecadadas:

CONCELHOS	MIL CONTOS	PESO
Praia	3.284,2.....	67,8%
S. Vicente	1.100,3.....	22,7%
Sal	275,5.....	5,7%
Outras	181,3.....	3,7%
Total.....	4.841,3.....	100,0%

Estes três Concelhos são, por si, responsáveis por 96,2% daquelas receitas, ficando os restantes com apenas 3,8%, o que mostra a fragilidade da estrutura económica dalgumas regiões do nosso País, com reflexos na base tributária global. Salta à vista que o Concelho da Praia arrecadou praticamente o triplo das receitas arrecadadas em S.Vicente, reflexo de um conjunto de factores, como sejam, a dimensão demográfica, a extensão territorial, por nele se situar na actualidade um dos maiores pólos de desenvolvimento económico do País.

Pode também revestir-se de certo interesse conhecer a participação de cada ilha ou grupo de ilhas do Arquipélago no montante global das receitas arrecadadas, pelo que se insere o quadro seguinte:

QUADRO VII: RECEITAS COBRADAS POR ILHAS OU GRUPO DE ILHAS
(Milh. Contos)

GRUPO	ILHAS	RECEITAS COBRADAS	%	%
BARLAVENTO	Boavista	7,4	0,5%	0,2%
	Santo Antão	37,7	2,6%	0,8%
	Sal	274,5	19,1%	5,7%
	São Nicolau	18,5	1,3%	0,4%
	São Vicente	1.100,3	76,5%	22,7%
	SUBTOTAL (1)	1.438,4	100,0%	29,7%
SOTAVENTO	Brava	7,7	0,2%	0,2%
	Fogo	56,7	1,7%	1,2%
	Maio	4,8	0,1%	0,1%
	S.Tiago	3.333,6	98,0%	68,9%
	SUBTOTAL (2)	3.402,9	100,0%	70,3%
	TOTAL (1) + (2)	4.841,3	100,0%	100,0%



Os valores inscritos no quadro anterior mostram que foram as ilhas de S. Vicente, Sal e Santiago que maior contributo deram na formação do total das receitas públicas, distribuído da seguinte forma :

ILHAS	MIL CONTOS	PESO
Ilha do Sal.....	274,5	5,7%
Ilha de S. Vicente	1.100,3	22,7%
Ilha de Santiago	3.333,6	68,9%
Outras	132,8	2,7%
Total	4.841,3	100,0%

Em termos de contribuição de cada grupo de ilhas em que tradicionalmente se dividem as ilhas do arquipélago, teríamos para o Grupo de Barlavento uma contribuição de 1.438,4 milhares de contos e o de Sotavento 3.403,9 milhares, correspondendo, respectivamente, a 29,7% e 70,3% do total arrecadado.

5.3 – ORÇAMENTO DAS DESPESAS

5.3.1. Análise Global da Execução do Orçamento das Despesas

Como é sabido, é pela realização da despesa pública que o Estado concretiza o próprio fim da sua actividade financeira, que é o de satisfazer as necessidades colectivas. Assim sendo, interessa conhecer o conteúdo e natureza da despesa pública, por constituírem elementos imprescindíveis para a compreensão daquela actividade e a sua importância na concretização das políticas financeiras públicas e os seus diversos efeitos sobre a economia.

O apuramento global das despesas realizadas no exercício em apreço foi da responsabilidade da então Direcção Geral do Orçamento, com base nos registos mensalmente remetidos pelas diferentes repartições concelhias de finanças.

5.3.2 – Comparação entre as Despesas Previstas e as Efectuadas

Assim como se fez em relação às receitas orçamentadas para o exercício de 1991, propõe-se neste local analisar, em termos agregados, o comportamento da

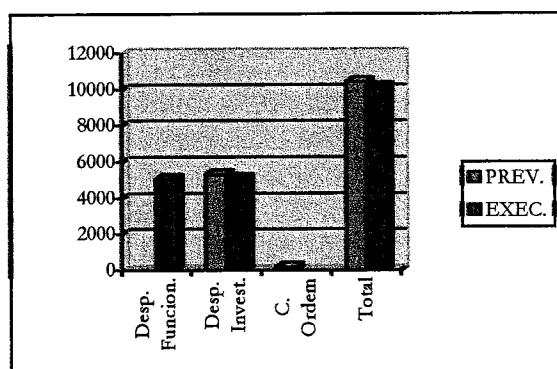
execução orçamental das despesas, pelo que se insere o quadro e gráfico seguintes:

Não foi contudo possível fazer a conferência do Mapa das Despesas Pagas, por um lado, por os dados não terem sido enviados ao TC, por outro, por não ter havido acompanhamento da execução orçamental no exercício em análise.

QUADRO VIII: RESUMO DA DESPESA PREVISTA E EFECTUADA EM 1991

(em milhares de contos)

DESIGNAÇÃO	PGTO PREVISTO		PGTO EFACT.		TAXA EXEC.
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	
Desp. Funcion.	4.967,8	47,6	5.039,5	49,8	101,4%
Desp. Invest.	5.285,5	50,7	5.091,1	50,2	96,3%
Tesouro	-	-	2.858,7	27,4	-
Fin. Directo	-	-	2.232,4	21,4	-
Contas de Ordem	175,0	1,7	-	-	-
TOTAL	10.428,3	100,0	10.130,6	100,0	97,1%



Em termos globais, mostram os dados constantes deste quadro que as Despesas de Funcionamento, da Administração absorveram 47,6% (4.967,8 m.c.) dos recursos financeiros consignados no Orçamento, as de Investimento 50,7% (5.285,5 m.c.) e as Contas de Ordem 1,7 % (175 m.c.)

Na execução as Despesas de Funcionamento atingiram os 49,8% (5.039 m.c.) e as de Investimento 50,2% (5.091,1 m.c.)

5.3.3 – Análise das despesas de Funcionamento

5.3.3.1 Na óptica económica

O quadro que segue mostra a forma como foram utilizados os recursos orçamentais, no exercício de 1991:

Handwritten signature



QUADRO IX : EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESAS EM 1991

(Em milhares de contos)

CÓD.	DESIGNAÇÃO DAS DESPESAS	ORÇ. FINAL		ORÇ. EXEC.		TAXA EXEC.
		VALOR	PESO	VALOR	PESO	
	DESPESAS CORRENTES					
01...18	Pessoal.....	2.606,0	54,3%	2.165,0	43,0%	83,1%
19...21	Bens Duradouros.....	19,4	0,4%	2,6	0,1%	13,5%
22...27	Bens Não Duradouros.....	176,7	3,7%	125,6	2,5%	71,1%
28...31	Aquisição de Serviços.....	236,4	4,9%	197,2	3,9%	83,4%
32...37	Juros.....	207,3	4,3%	288,4	5,7%	139,1%
38...43	Transferências - Sector Púb.....	744,1	15,5%	735,8	14,6%	98,9%
.....44	Outras Desp. Correntes.....	328,2	6,8%	810,2	16,1%	246,9%
	Subtotal.....	4.318,2	90,0%	4.324,9	85,8%	100,2%
	DESPESAS DE CAPITAL					
45...53	Investimento.....	97,2	2,0%	74,5	1,5%	76,7%
66...70	Passivos Financeiros.....	377,8	7,9%	635,1	12,6%	168,1%
.....71	Outras Despesas de Capital.....	5,2	0,1%	5,1	0,1%	100,0%
	Subtotal.....	5480,1	100,0%	714,7	14,2%	148,9%
	TOTAL.....	64.798,3	100,0%	5.039,6	100,0%	105,0%

Verifica-se, da análise deste quadro, que as despesas correntes registaram o maior nível de execução, atingindo o valor de 4.324,9 milhares de contos, excedendo o montante previsto em 0,2% do total previsto, devido aos juros e outras despesas correntes pagos para além dos montantes orçamentados. Sublinhe-se que, nas despesas correntes, os Encargos com o Pessoal absorveram a maior fatia, no montante de 2.165 milhares de contos, o que representa 43% do total executado.

No capítulo "Outras Despesas Correntes", onde se inscrevem os encargos de funcionamento da Assembleia Nacional, da Polícia de Ordem Pública e Segurança e das Forças Armadas, foram orçadas para o ano de 1991 despesas no montante de 328,2 milhares de contos. Contudo, ao nível da execução orçamental, constata-se que, por aquele capítulo, foram pagas despesas de 810,2 milhares de contos, pelo que foi de longe ultrapassado o montante orçamentado para o capítulo em causa (+146,9%); o mesmo acontecendo com os juros em que de uma previsão de 207,3 milhares de contos, foram pagos 288 milhares, o que representa uma taxa de realização de 139,1%.

⁴ Este montante não corresponde ao que deveria constar porque não foi possível encontrar todas as alterações orçamentais das despesas.

⁵ Idem

⁶ Idem. (Total Despesa Prevista = 4.967,8 milhares de contos). Assim a taxa de execução orçamental é de 101,4% em vez dos 105% assinalados nesse quadro.

No que se refere às Despesas de Capital, foram previstas despesas no montante de 480,1 milhares de contos, tendo sido pagas o montante de 714,7 milhares, correspondentes a um grau de execução de 148,9%⁷ e representando 14,2% do total executado. Observe-se que foi a rubrica "Passivos Financeiros"⁷ a principal responsável pelo excesso acima indicado, que duma previsão de 377,8 milhares de contos, passou para 635,1 (+68,1%⁷).

Refira-se que neste quadro não estão incluídas as despesas dos Investimentos do Plano, que são as verdadeiras despesas de investimento, por que estas é que efectivamente contribuem para a criação do capital fixo da economia, tão necessários à sustentação do processo de desenvolvimento económico-social previsto no programa do Governo.

Tais situações de realização de despesas excedendo os montantes orçamentados, configuram violação da lei orçamental, no sentido de que a execução do orçamento exige, no plano jurídico, o respeito pelo princípio da legalidade, que se traduz no respeito das leis em geral - legalidade genérica - e o próprio orçamento - legalidade específica.

Este princípio, nunca é demais repeti-lo, postula que na execução orçamental não existem receitas nem despesas que possam ser efectuadas se não tiverem sido criadas por lei e não estiverem inscritas no orçamento. Havendo rubricas orçamentais insuficientemente dotadas, ou não inscritas em espécie e em quantidade, prevê a lei de enquadramento orçamental então em vigor - Lei n.º 51/II/85 - mecanismos para as reforçar ou inscrever em local adequado do Orçamento.

Apesar de constituir infracção financeira, ela é de certo modo compreensível, se tiver em conta o estado de completa desorganização em que se encontrava na época a administração financeira do Estado, em que as operações de execução orçamental eram tratadas manualmente e, por esse facto, susceptíveis de conduzir a erros.

5.3.3.2 – Na óptica orgânica

O quadro seguinte mostra as despesas previstas, pagas e o respectivo grau de execução dos diversos ministérios ou outros órgãos estatais equiparados.

⁷ Correspondem a Amortizações da Dívida Pública

QUADRO X: PESO DAS DESPESAS, POR DEPARTAMENTOS ORGÂNICOS, NO
TOTAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO EM 1991

(em milhares de contos)

DESIGNAÇÃO	PREVISÃO		REALIZAÇÃO		TAXA EXEC.
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	
Assembleia Nacional	80,0	1,6%	80,0	1,6%	100,0%
Presidência da República	55,0	1,1%	55,0	1,1%	100,0%
Gabinete do Primeiro Ministro	538,7	11,4%	503,5	10,0%	93,5%
Ministério da Defesa	261,5	5,1%	252,0	5,0%	96,4%
Minist. Neg. Estrangeiros	398,8	7,8%	366,8	7,3%	92,0%
Minist. Just. Admin. Púb. Trab.	174,6	3,7%	160,8	3,2%	92,1%
Minist. Finanças e Plano	1563,2	30,4%	1.799,0	35,7%	115,1%
Minist. Desenv. Rural Pesc.	256,0	5,0%	246,5	4,9%	96,3%
Minist. Econ. Transp. Com.	200,0	3,9%	170,1	3,4%	85,1%
Minist. Saúde e Prom. Social	455,6	10,2%	463,2	9,2%	101,7%
Ministério da Educação	902,9	18,2%	868,2	17,2%	96,2%
Minist. das Obras Públicas	81,4	1,7%	74,4	1,5%	91,4%
TOTAL	4.967,8	100,0%	5.039,5	100,0%	101,4%

Como se poderá verificar nos dados constantes deste quadro, foram previstas despesas no montante global de 4.967,8 milhares de contos, tendo sido efectuado o montante de 5.039,5 milhares correspondendo a uma taxa média de execução de 101,4%.

Do ponto de vista orgânico, constata-se, da observação do quadro antes inserido, que a maior fatia das despesas de funcionamento foram para os seguintes departamentos estatais:

- ✓ Ministério das Finanças e Planeamento.....35,7%;
- ✓ Ministério da Educação17,2%;
- ✓ Gabinete do Primeiro Ministro.....10,0%;
- ✓ Ministério da Saúde e Promoção Social.....9,2%.

Note-se que, segundo a CGE, o Ministério das Finanças e Planeamento absorveu, só por si, 22,8% do total das despesas de funcionamento, o que se explica pelo facto daquele Ministério suportar os Encargos Gerais da Administração, o Pagamento das Pensões de Reforma e os Encargos da Dívida Publica.

Verifica-se, ainda, que os Ministérios de Finanças e Planeamento e o da Saúde e Promoção Social ultrapassaram as respectivas dotações orçamentais em 15,1% e 1,7% respectivamente.

5.3.3.3 - Na óptica funcional

No quadro que a seguir se insere, figuram os sectores orgânicos onde foram dispendidos os recursos públicos na prossecução das principais funções do Estado.

Concebido numa perspectiva funcional, proporciona este quadro a análise da distribuição dos recursos financeiros no exercício em apreço aos diversos sectores em que se estrutura o Estado, bem como a afectação desses recursos em bens e serviços prestados à colectividade nacional.

QUADRO XI : DESPESAS POR SECTORES FUNCIONAIS EM 1991
(em milhares de contos)

COD.	FUNÇÕES	EXECUÇÃO	%
(1)	Serv. Gerais Administ. Pública	1.737	36,2%
(2)	Defesa Nacional	252	5,2%
(3)	Educação	848	17,7%
(4)	Saúde	386	8,0%
(5)	Segurança e assistência Social	219	4,6%
(6)	Habitação e Equip. Urbanos	12	0,3%
(7)	Outros Serv. Colectivos e Sociais	137	2,9%
(8)	Serviços Económicos	525	10,9%
(9)	Outras Funções	923,5	14,3%
Total:		5.039,5	100,0%

A análise dos valores inseridos neste quadro mostram os sectores ou serviços que absorveram a maior fatia do Orçamento do Estado, designadamente:

- Os Serviços Gerais da Administração Pública..... 36,2%;
- O Sector da Educação 17,7%;
- Serviços Económicos..... 10,9%
- O Sector da Saúde.....8,0%
- Outras Funções⁸ 14,3%;

Evidenciam ainda aqueles dados que os sectores da Educação, Saúde e Segurança Social absorveram cerca de um terço das despesas globais do Estado (correntes e de capital), o que revela o carácter prioritário atribuído ao sector social.

⁸ Embora a rubrica "Outras Funções" inclui outras rubricas residuais, neste caso, o seu valor corresponde aos reembolsos de juros e amortizações da Dívida Pública.



5.3.4. – O Orçamento de Investimentos do Plano

No quadro seguinte se apresenta uma síntese do Programa de Investimentos, segundo os fundos saídos do Tesouro, para o ano de 1991, comparando-se a previsão com a execução e realçando os desvios entre uma e outra realidade.

QUADRO XII: SÍNTESE DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

(Montantes saídos directamente do Tesouro segundo a CGE)

(em milhares de contos)

MINISTÉRIO	PREVISÃO	EXECUÇÃO	SALDO		TAXA EXEC.
			PARA MAIS	PARA MENOS	
Agricultura e Animação Rural	644,4	1.949,2	1.304,9		302,5
Pescas	224,0	0,4		-223,6	0,2
Industria e Energia	1.399,9	8,2		-1.391,7	0,6
Construções Obr. Púb. e Estradas	304,7	354,9	50,3		116,5
Transportes e Comunicações	949,3	31,6		-917,7	3,3
Comercio	0,0	0,0	-	-	0
Turismo	113,0	4,7		-108,3	4,1
Educação	362,5	52,0		-310,5	14,3
Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais	98,3	19,5		-78,8	19,8
Habitação Urbanismo e Saneamento	1.005,4	253,3		-752,2	25,2
Administração Local e Central	184,0	184,9	0,8		100,4
TOTAL	5.285,5	2.858,7	1.355,9	-3.782,8	54,1

Fonte: Conta Geral do Estado 91

Como se poderá verificar neste quadro, foram previstos investimentos no montante de 5.285,5 mil contos, mas a realização se situou em 2.858,7 milhares de contos, cerca de 54% do total previsto. Revela ainda o mesmo quadro que as Despesas de Investimento se efectuaram fundamentalmente nos sectores de infra-estruturação básica do País, designadamente agricultura e pescas, obras públicas e construção de estradas, urbanismo, habitação e saneamento, administração central e local.

Apesar da baixa taxa de execução que a observação do quadro patenteia, verifica-se que em vários sectores foram excedidos os montantes orçamentados, designadamente na Agricultura e Pescas, Construções e Obras Públicas, ficando a realização nos restantes muito aquém do previsto. Instado a pronunciar sobre este assunto, o MF respondeu dizendo que “no que tange à execução do orçamento de investimentos, embora haja sectores para os quais os montantes orçamentados foram excedidos, nos termos da Lei n.º 4/IV/91, no seu art.º 7, n.º 2, o Governo fica autorizado a efectuar transferências de verbas entre projectos que integram o programa de investimentos”.

Verifica-se das fl. 6 da CGE 1991, que os Investimentos do Plano realizados ascendem a **5.091,1** milhares de contos e que desse montante, **2.858,7** saíram directamente do Tesouro e os restantes **2.232,4** milhares constituem recursos que não transitaram por aquele Departamento. Mas esta situação não é espelhada correctamente na fl. 95 e seguintes (Programa de Investimentos do Plano), já que não se conseguiu calcular autonomamente os referidos montantes (**2.858,7** e **2.232,4** milhares de contos).

Para ilustrar como foi financiado o programa de investimentos do plano, elaborou-se o quadro seguinte:

QUADRO XIII: FONTES DE FINANCIAMENTO
DOS I.P. GLOBAIS EM 1991
(EM MILHARES DE CONTOS)

FINANCIADORES	VALOR	PESO
FDN	839,1	16,5%
TESOURO	599,7	11,8%
AJUDA SUECA	92,4	1,8%
HOLANDA	0,0	0,0%
BCV	32,4	0,6%
AUTO FINANC.	510,4	10,0%
EMPREST. EXT.	628,1	12,3%
CEE	580,7	11,4%
FINANC. BILAT.	936,1	18,4%
FINANC. MULTILAT.	872,4	17,1%
TOTAL	5.091,1	100,0%

Fonte : CGE 1991

Por sua vez, o quadro que se a seguir se insere, mostra como foram utilizados os recursos totais (Fundos saídos do Tesouro + Financiamento directo externo):

QUADRO XIV: PROJECTOS TOTAIS FINANCIADOS EM 1991
(EM MILHARES DE CONTOS)

DESIGNAÇÃO	PREVISÃO		REALIZAÇÃO		TAXA EXEC.
	VALOR	PESO	VALOR	PESO	
010- Desenvolvimento Rural	1.058,7	20,0%	1.482,8	29,1%	140,1%
020- Pesca	95,8	1,8%	226,9	4,5%	236,8%
030- Industria e Artesanato	133,7	2,5%	70,0	1,4%	52,4%
040- Energia e Dessalinização	1.181,9	22,4%	424,1	8,3%	35,9%
050- Const. Obras Pub. e Estradas	304,7	5,8%	902,0	17,7%	296,1%
060- Transportes e Comunicações	949,3	18,0%	612,6	12,0%	64,5%
070- Comércio	-	-	56,8	1,1%	-
080- Turismo	18,0	0,3%	85,9	1,7%	477,2%
090- Educação e Cultura	362,5	6,9%	435,7	8,6%	120,2%
100- Saúde Trab. e Assuntos Sociais	62,7	1,2%	262,6	5,2%	419,1%
110- Hab. Urb. Saneamento	934,2	17,7%	-	-	-
120- Administração Central e Local	184,0	3,5%	522,6	10,3%	284,0%
130- Juventude e Desporto	-	-	9,1	0,2%	-
TOTAL	5.285,5	100,0%	5.091,1	100,1%	96,3%



Este quadro espelha a mesma situação já apontada no Quadro XIV, em que a execução orçamental ultrapassa de longe a previsão em muitos programas de investimento, apesar da taxa de global de execução não atingir os 100%.

As divergências de valores verificados nos quadros XII e XIV, presume-se que sejam resultantes de alterações nos montantes inicialmente previstos, situação que entretanto não se encontra reflectida na Conta.

VI. AS OPERAÇÕES DE TESOURARIA E TRANSFÉRENCIAS DE FUNDOS

6.1- AS OPERAÇÕES DE TESOURARIA

O Tesouro Público é, em qualquer estado moderno, um serviço ou conjunto de serviços, cuja competência consiste precisamente em gerir a generalidade dos dinheiros públicos, cabendo-lhe, primacialmente, assegurar a execução do Orçamento do Estado, através da arrecadação das receitas e do pagamento de despesas.

Virtualmente o banqueiro do Estado, esta importante instituição, além de assegurar a execução do Orçamento do Estado, pratica uma série de operações de maior relevo no funcionamento da máquina estatal, que se processam completamente à margem do respectivo Orçamento, designadamente, as operações de antecipação de receitas, dando origem à dívida flutuante ou da colocação no sistema bancário de disponibilidades de tesouraria.

Como é sabido, o Estado pratica, através do Tesouro, vários tipos de operações, designadamente as operações patrimoniais e as **operações de tesouraria**, sendo estas de longe as mais importantes. As primeiras, são aquelas que o Estado pratica em relação aos bens do seu activo patrimonial ou às responsabilidades que oneram o seu correspondente passivo. Embora relacionadas com o Orçamento, não estão contudo sujeitas à sua disciplina.

No que se refere às operações efectuadas pelo Tesouro, se é certo que o mesmo tem por missão fundamental assegurar a execução do Orçamento do Estado, ajustando as despesas às receitas arrecadadas, realiza aquela instituição operações à margem do Orçamento, pelo que impõe-se a distinção entre as operações que decorrem da execução orçamental - operações orçamentais - e as que se processam à sua margem - operações de tesouraria, constituindo estas uma das

grandes áreas da actividade financeira pública que decorre fora do orçamento, mas que com ele está intimamente relacionado.

Nesta perspectiva, as operações orçamentais, estando previstas no orçamento, sujeitam-se aos processos próprios de execução orçamental e ao controlo da Contabilidade Pública dando origem à inscrição definitiva na CGE e provocam uma saída irreversível de fundos dos Cofres Públicos.

Por seu turno, as operações de tesouraria, por se realizarem à margem do orçamento, podem ser tanto operações de receitas como de despesas, não estão sujeitas aos processos rígidos da Contabilidade Pública nem à regra da anualidade. Além de imprescritíveis, tais saídas de fundos dão origem a uma nova entrada naqueles Cofres até ao montante do crédito. Tais operações movimentam fundos que revertem na afectação normal da execução orçamental, a qual cabe à entidade a quem pertencem.

Existem vários tipos de operações de tesouraria, correspondendo a cada tipo a sua finalidade específica, não só para antecipar receitas que o Estado espera cobrar durante o ano económico e que se encontram devidamente previstas, assegurando a gestão de tesouraria de modo a permitir a satisfação oportuna dos encargos orçamentais, dando origem à dívida flutuante - operações de tesouraria de antecipação de receitas - como também colocar junto do sistema bancário ou afins de eventuais disponibilidades visando assegurar a gestão de fundos a cargo do Tesouro - operações de tesouraria de gestão e liquidez ou valorização de recursos a curto prazo.

Note-se que na dívida flutuante há um simples recurso ao crédito a curto prazo, amortizável no mesmo exercício económico. Trata-se de uma mera antecipação de receitas para realizar, antes da cobrança daquelas, despesas já inscritas no orçamento, mas que tem a vantagem sobre a dívida fundada de não aumentar o stock da dívida pública. Por outro lado, na colocação de recursos improdutivos no sistema bancário o Estado auferir rendimentos de aplicações financeiras, que podem servir para diminuir o impacto financeiro do serviço da dívida pública.

No que se refere especificamente à movimentação de fundos por operações de tesouraria, poder-se-á constatar nos mapas de fls. 21 a 24 da Conta geral do Estado, que, no exercício de 1991, entraram, pela Caixa do Tesouro, por conta daquelas operações, o montante de 2.300,2 milhares de contos e saíram 773,4 milhares, tendo transitado para o ano seguinte um saldo devedor de 1.526,8 milhares de contos.



6.2- AS TRANSFERÊNCIAS DE FUNDOS.

Em finanças públicas as transferências, que podem ser correntes ou de capital, são as dotações para despesas às quais não correspondem contraprestação directa em bens ou serviços, inclusivé as relativas a contribuições ou subvenções destinadas a atender a despesas de funcionamento ou de investimento de outras entidades do sector publico ou até do privado, desde que estas prossigam finalidades de interesse público e as suas actividades sejam consideradas estratégicas para a economia nacional.

No quadro que a seguir se insere se apresenta um resumo das operações de transferências de Fundos que atingiram o montante de 735.761 contos, de que foram beneficiários tanto organismos ou entidades situadas no Sector público administrativo, como empresas públicas e outras entidades, apesar de a Conta Geral do Estado não permitir uma distinção exacta entre o que é transferência do que é subsídio(Cfr. Anexos...).

VII. A DÍVIDA PÚBLICA CABOVERDIANA

7.1- CONSIDERAÇÕES GERAIS

Tomada na sua acepção ampla, a dívida pública, retrata o conjunto das situações passivas resultantes do recurso pelo Estado não só do crédito público, mas também da prática de outras operações de crédito, designadamente, os avales, os débitos resultantes do crédito administrativo e da assunção de compromissos em contrapartida de atribuições patrimoniais.

Porém, em sentido restrito, ela corresponde apenas às situações passivas em que o Estado é titular, em virtude do recurso a empréstimos públicos. Todavia, no domínio da actividade financeira pública, é a segunda acepção - a restrita - que fundamentalmente se usa quando se fala na dívida financeira do Estado ou de todo o sector público.

Como se sabe, são várias as razões pelas quais o Estado recorre ao crédito público, sendo de referir, designadamente, a necessidade de obtenção de recursos para suprir carências ocasionais de tesouraria, quer para financiar o défice global do Orçamento. Enquanto que no primeiro caso, está-se perante créditos de curto prazo que dão origem à dívida flutuante, a qual deve ser reembolsada no decurso do período orçamental, no segundo, temos os créditos de médio e longo prazos, que dão origem à dívida fundada, que deve ser reembolsada nos períodos orçamentais seguintes.

Importa salientar que a dívida pública, que desde os tempos recuados vem suscitando crescente interesse e preocupações por parte da opinião pública, adquiriu uma nova dimensão graças às frequentes análises mediáticas e por grupos de pressão política que tentam impressionar essa mesma opinião com o valor absoluto da dívida do Estado quando é certo que este tipo de comparações deve ser feito em termos relativos, relacionando a dívida hoje contraída com a capacidade de gerar rendimentos futuros, ou seja a dívida pública adquire o seu significado pleno quando comparado com o produto interno bruto (PIB).

De qualquer forma é salutar que a opinião pública adquira crescente sensibilidade ao aumento da dívida pública, uma vez que isso ajuda a perceber a necessidade de disciplina das contas públicas e de redução do défice publico. É que, por vezes parece ser visto a dívida como uma fonte inesgotável de recursos, isento de contrapartidas, esquecendo-se porventura que as despesas públicas que não forem pagas hoje - dando origem ao défice - terão de ser pagas no futuro.

Recorde-se, a propósito que a dívida pública é uma variável que está sujeita a flutuações no tempo, podendo dizer-se que a sua variação em cada ano não depende apenas do défice estimado no ano, nem tão pouco resulta de «desorçamentação» ou de «ocultação de despesas».

Tal variação resulta também de um conjunto de outros encargos, designadamente, os decorrentes da regularização e saneamento de situações financeiras do passado, como sejam a assunção de passivos das empresas públicas em dificuldades e regularização de situações pendentes, assumindo especial relevância os casos de saneamento financeiro de empresas do sector empresarial do Estado, normalmente incluídas nos programas nacionais de privatizações que estão ocorrendo com maior intensidade por todo o lado nesta década que agora finda.

Além daqueles encargos, existem outros que, pela sua natureza, são directamente capitalizados no saldo da dívida, como sejam as variações cambiais da dívida externa.

Importa contudo sublinhar que o principal factor explicativo da variação da dívida directa do Estado é constituído pelas necessidades líquidas de financiamento geradas durante o ano, as quais resultam não só da gestão orçamental do próprio ano, mas também da influência dos encargos decorrentes dos chamados períodos complementares.

Assim sendo, há que distinguir as necessidades líquidas de financiamento devidas a um ano orçamental - óptica contabilística - e as necessidades líquidas de



financiamento propriamente ditas, na medida em que parte das despesas orçamentais de um dado ano podem ser realizadas em Janeiro do ano seguinte- o chamado período complementar. Por conseguinte, no montante das despesas orçamentais relativas ao ano n , haverá que deduzir as despesas a realizar no período complementar (Janeiro ano $n+1$) e adicionar as despesas realizadas em Janeiro do ano n , mas respeitantes ao orçamento do ano $n-1$. Todo este processo de cálculo constitui o que se chama "Ajustamento dos períodos complementares." (Convém referir a fontes de Consulta)

7.2- STOCK DA DÍVIDA PÚBLICA E OS SEUS ENCARGOS

7.2.1- O Decreto-Lei n.º 49/89, de 26 de Julho, que estrutura a Conta Geral do Estado, de entre os vários elementos que devem constar do relatório do Ministro das Finanças, ocupam lugar destacado, no quadro dos equilíbrios macro-económicos, em geral, e no da actividade financeira pública, em particular, os mapas e quadros relativos à evolução da dívida pública e respectivos encargos. No que ao endividamento, a Lei n.º 4/IV/91, que aprovou o Orçamento do Estado para o exercício económico de 1991, autorizou, no seu art.º 4º, o Governo a recorrer a operações de crédito interno ou externo para fazer face às necessidades de financiamento do Orçamento Geral do Estado.

Esta disposição legal dava, assim, cobertura às operações de crédito que o Governo efectuassem no exercício em apreço, qualquer que fosse o seu montante, facto pouco usual em matéria de autorização orçamental, já que é norma estatuir-se em casos semelhantes que o recurso ao crédito não deva ultrapassar certo percentual do PIB, com vista a precaver-se contra o recurso incontrolado do crédito, com todas as conhecidas consequências, designadamente, no domínio da inflação e dos desequilíbrios das contas externas.

Todavia, a partir de 1996, deixou de existir em parte esse verdadeiro «cheque em branco», passando as leis orçamentais anuais a incluir um determinado limite ao endividamento público interno, expresso em percentagens do PIB.

7.2.3- Stock da Dívida Pública em 31/12/91

No que se refere ao propriamente dito, respiga-se do relatório do Ministro das Finanças e Planeamento que acompanhou a proposta orçamental referente ao ano de 1991, que a dívida externa cabo-verdiana efectiva era, em 31/12/90, de 122 milhões de dólares, que, ao câmbio da época, rondava os nove milhões de contos.

Por outro lado, informa o mesmo documento que as prestações de capital e juros, devidos no referido ano, ascendiam a um milhão e cem mil contos, incluindo cerca de 450 mil de atrasados de anos anteriores.

Importa contudo sublinhar que, no tocante à composição dessa dívida, esta era, até 31/12/90, constituída essencialmente por empréstimos externos, a maior parte dos quais obtida em condições concessionais - baixa taxa de juro, prazo longo de amortização e razoável período de deferimento. Observe-se que durante praticamente uma década não se sentiram os efeitos do serviço da dívida, não só do seu custo (juros) como também do reembolso do capital. O impacto orçamental de tais efeitos começaram a fazer-se sentir de forma marcante no início da década de noventa.

Constata-se todavia que a Conta Geral do Estado submetida à apreciação técnica deste Tribunal, não fornece informações sobre a movimentação da dívida pública, interna e externa, nos termos prescritos naquele diploma, não permitindo, por conseguinte, conhecer com exactidão o respectivo stock inicial e final e encargos daquela dívida em cada um dos anos a que a mesma foi contraída.

No entanto, essa carência foi parcialmente suprida pela Direcção Geral do Tesouro, que forneceu os dados constantes do quadro seguinte e que permitiram calcular, de forma aproximada o valor da dívida pública em 31/12/91.

QUADRO XV : OS PASSIVOS FINANCEIROS
EM 1991

(Em milhares de contos)

Designação	1991
Stock dívida interna	3.487,5
Reembolso	174,1
Pagamento juros	80,6
Pagamento capital	93,5
Desembolso	1.226,1
Stock dívida externa	9.797,7
Reembolso	749,4
Pagamento juros	207,8
Pagamento capital	541,6
Desembolso	627,8

Fazendo-se uso dos valores constantes do quadro anterior, calcula-se o Stock Líquido da Dívida Pública cabo-verdiana, em 31/12/91.

Stock da Dívida Pública em 1991:

- Interna..... 3.487,5 Milhares de contos
- Externa 9.797,7
- Total 13.285,2

7.3.4- Encargos da Dívida Pública

O serviço da dívida pública, ou sejam os encargos decorrentes dos empréstimos públicos, obtém somando os reembolsos feitos no exercício aos juros liquidados.

Assim, do mesmo quadro se retiram os seguintes valores:

A. Reembolsos da Dívida Pública em 1991 :

- Interna.....93,5 Milhares de Contos
- Externa541,6
- Total635,1**

B. Juros da Dívida Pública Pagos em 1991:

- Juros Dívida Interna.....80,6 Milhares de Contos
- Juros da Dívida Externa.....207,8
- Total 288,4**

Total dos Encargos (A+B).923, 5

Verifica-se, pois, que por conta da Dívida Pública directa do Estado foram liquidados no exercício económico de 1991, o montante de 923,5 milhares de contos, sendo 635,1 milhares à título de reembolsos dos empréstimos contraídos nos exercícios anteriores e 288,4 milhares para pagamento dos juros.

7.3.4 - Convém sublinhar que a presente Conta Geral do Estado não retrata os avals e garantias prestados a outros entes públicos ou privados que prossigam fins de interesse público pelo Estado na contracção de empréstimos, internos e externos, pelo que fica-se sem saber quais os montantes de responsabilidades que o Tesouro terá que arcar em caso de incumprimento dos respectivos beneficiários. (cfr. anexos)

Por outro lado, as Obrigações Gerais decorrentes de empréstimos públicos, não estão nos termos da lei sujeitas à fiscalização preventiva do TC, e, nem tão pouco a Conta Geral espelha como foi feita a aplicação do produto dos empréstimos contraídos no ano de 1991.

9/8/91

VIII. A CONTA CONSOLIDADA DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 1991

QUADRO XVI

(em milhares de contos)

Designação	Valores	%
Receitas Correntes		
Impostos Directos	944,2	25,9
Impostos Indirectos	2.165,4	59,5
Taxas, Multas e Outras Penalidades	107,0	2,9
Rendimentos da Propriedade	248,9	6,8
Transferencias Correntes	53,1	1,5
Venda de Bens Duradouros	0,0	0,0
Vendas de Bens e Serviços n/ Duradouros	119,9	3,3
Outras Receitas Correntes	0,2	0,0
Total das Receitas Correntes (1)	3.638,7	100,0
Despesas Correntes		
Pessoal	2.165,0	50,1
Bens Duradouros	2,6	0,1
Bens n/ Duradouros	125,6	2,9
Aquisição de Serviços	197,2	4,6
Juros	288,4	6,7
Transferencias Correntes	735,8	17,0
Outras Despesas Correntes	810,2	18,7
Total das Despesas Correntes (2)	4.324,8	100,0
Saldo Corrente (3) = (1) - (2)	-686,1	
Receitas de Capital		
Vendas de Bens de Investimento	0,6	0,0
Transferências de capital	1.005,1	33,4
Activos financeiros	149,8	5,0
Passivos Financeiros	1.853,9	61,6
Outras Receitas de Capital	0,0	0,0
Total das Receitas de Capital (4)	3.009,4	100,0
Despesas de Capital		
Investimento	2.933,2	82,1
Passivos Financeiros	635,1	17,8
Outras Despesas de Capital	5,1	0,1
Total das Despesas de capital (5)	3.573,4	100,0
Saldo Global (6) = (1+4) - (2+5)	-1.250,1	
Em % do PIB	5,8%	
Saldo Primário (7)	-2.133,5	
Em % do PIB	9,9%	
Activos Financeiros Líquido de Reembolso (8)		
Saldo Global Incluindo Activos Financeiros (9)		
Em % do PIB		

PIB_{pm} = 21.562,7⁽⁹⁾⁽⁹⁾ Fonte: Grandes Opções do Plano – MCE –1997, Página 11.



No quadro da página anterior, apresenta-se a síntese do que foi toda a actividade financeira do Estado, através da consolidação numa Conta - a Conta Geral do Estado - a origem das receitas do Estado (Administração Central Directa) e a respectiva aplicação na cobertura das despesas públicas.

Todavia, por forma a facilitar a compreensão dos valores insertos no Quadro anterior e no capítulo seguinte e, porque também se trata de um primeiro parecer que terá necessariamente carácter pedagógico para aqueles que irão elaborar os pareceres sobre as futuras contas gerais do Estado, se apresentam as seguintes identidades:

1. RECEITAS EFECTIVAS = SOMATÓRIO DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL, *ACRESCIDAS* DAS REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS E AS CONTAS DE ORDEM, AO QUAL SE ABATEM OS PASSIVOS FINANCEIROS (EMPRÉSTIMOS UTILIZADOS).

2. PASSIVOS FINANCEIROS = EMPRÉSTIMOS UTILIZADOS (INTERNOS E EXTERNOS);

3. REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS = MONTANTES ADIANTADOS A TERCEIROS NÃO DEDUZIDOS NOS VALORES A RECEBER ;

4. DESPESAS EFECTIVAS = SOMATÓRIO DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL, *ACRESCIDO* DAS CONTAS DE ORDEM, AO QUE SE SUBTRAEM AS AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA;

5. SALDO CORRENTE = TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES – TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES

6. SALDO GLOBAL = SOMATÓRIO DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL, DEDUZIDO DO TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL;

7. SALDO EFECTIVO = RECEITAS EFECTIVAS – DESPESAS EFECTIVAS;

8. SALDO PRIMÁRIO = SALDO EFECTIVO – JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA;

9. DÉFICE DA CONTA GERAL DO ESTADO = SALDO EFECTIVO = RECEITAS EFECTIVAS – DESPESAS EFECTIVAS;

10. ACTIVO LIQUIDO DE REEMBOLSOS = ACTIVO FINANCEIRO BRUTO (AF_B) – REEMBOLSOS (RE AFB) DESSES ACTIVOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO, OU SEJA:
AFL = AFB – RE AFB .

11. NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO = AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA + DÉFICE DA CONTA GERAL DO ESTADO.

IX. RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

9.1 Não tendo sido tratado na Conta Geral do Estado as chamadas “Operações de Fim Ano”, que forneceriam a síntese numérica de todas as operações financeiras efectuadas no exercício em análise, os Serviços de Apoio Técnico ao Tribunal de Contas(SATC), com base nos dados disponíveis, apresentaram o seguinte resultado da execução orçamental:

	Milhares de Contos
1. Total da Receita cobrada.....	6.695,3
2. Empréstimos utilizados.....	1.853,9
3. TOTAL DA RECEITA EFECTIVA	4.841,3
4.Total da Despesa efectuada.....	7.898,2
5. Amortizações da Dívida Pública.....	635,1
6. TOTAL DA DESPESA EFECTIVA	7.263,1
7. DÉFICE CGE = (3) – (6)	= -2.421,8

9.2 Do resultado de tais operações resulta um défice de 2.421,8 milhares de contos, em conformidade com o valor apurado na Conta Geral do Estado, que terão sido financiados no todo ou em parte pelos empréstimos contraídos(internos e externos), no montante acima assinalado(1.853,9 m.c.) e, eventualmente, pela utilização de fundos por “Operações de Tesouraria”.

9.2- Importa referir que o referido Défice foi calculado pelos SATC, não obstante a Conta Geral do Estado ser não só omissa quanto ao montante efectivo desse défice, como também não se refere à forma como o mesmo foi financiado.

9.3- Contudo, tais resultados devem contudo ser lidos com as necessárias reservas, podendo não traduzir toda a actividade financeira do Estado, na medida em que ao Tribunal não foram remetidos os dados necessários ao completo ajustamento da Conta Geral do Estado. Persistem assim acentuadas divergências entre os valores calculados com base nos dados constantes da referida Conta e os fornecidos pela Direcção Geral do Tesouro(DGT).

9.4- Importa referir que o referido Défice foi calculado pelos SATC, não obstante a Conta Geral do Estado ser não só omissa quanto ao montante efectivo desse défice, como também não se refere à forma como o mesmo foi financiado;



9.5 O quadro seguinte faz um resumo do que foi dito atrás:

QUADRO XVII: O DÉFICE ORÇAMENTAL E AS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO EM 1991

(em milhares de contos)

Designação	Ano	1991	%
Déficé CGE		2.421,8	79,2%
Amortizações		635,1	20,8%
Neces. Financiamento		3.056,9	100,0%

9.6- Ao fim ao cabo, ao consolidar-se no QUADRO XXI (CONTA CONSOLIDADA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DIRECTA) abaixo inserido pretende-se destacar uma grande família de saldos – corrente, global, primário – e, por seu intermédio, calcular o Déficé do Orçamento do Estado, como a diferença entre as Receitas Efectivas e as Despesas Efectivas, que somado às Amortizações da Dívida se determina as Necessidades de Financiamento do exercício de que se presta contas.

Convém notar que no conceito de déficé está implícito a ideia de equilíbrio orçamental que é justamente considerado um dos mais importantes princípios orçamentais. Daí afigura-se-nos oportuno sobre ele tecer breves considerações.

Na verdade o princípio do equilíbrio orçamental, baseia-se na simples exigência de que o orçamento, ao ser elaborado, preveja “os recursos necessários para cobrir todas as despesas, devendo as receitas correntes ser, sempre que possível, pelo menos iguais às despesas correntes. Observe-se contudo que esta exigência de equilíbrio não assenta na imposição de uma mera igualdade formal – meramente contabilística. Exige-se, ainda, como complemento daquela, uma certa igualdade(cobertura), na medida do possível, de certo tipo de despesas por certas receitas - igualdade substancial.

Refira-se que apesar da multiplicidade de critérios de equilíbrio orçamental, far-se-á aqui apenas menção aos critérios do activo de tesouraria e do equilíbrio corrente.

Por um lado, o primeiro critério – activo da tesouraria - baseia-se na distinção entre despesas/receitas efectivas e despesas/ receitas não - efectivas, isto é, assenta na diferenciação entre despesas (receitas) que alteram, ou não, o património financeiro do Estado. Por seu turno, o critério de equilíbrio corrente – assenta na diferenciação entre despesas/receitas correntes e de capital, isto é, na distinção entre despesas/receitas que alteram ou não a situação activa ou passiva do património duradouro do Estado. Como exemplo das primeiras, isto

é, daquelas que alteram aquele património, citam-se as receitas/despesas de capital, enquanto que no caso inverso temos as receitas / despesas correntes.

Refira-se que a adopção de um critério de equilíbrio que assenta na necessidade das receitas efectivas totais cobrirem o total das despesas efectivas, menos os juros da dívida pública, tem originado muitas críticas por parte de reputados especialistas portugueses em finanças públicas e direito financeiro, entre os quais se enfileiram os Professores Teixeira Ribeiro e Sousa Franco, nomeadamente no que concerne à exclusão dos juros da dívida pública para efeito do cálculo do equilíbrio substancial do orçamento e à dificuldade de tornar operacional este critério.

Concluem aqueles financistas que, ao não se considerarem os juros da dívida pública no critério de equilíbrio, abre-se a porta para que os mesmos, que são despesas efectivas, possam ser financiadas por recurso a empréstimos - receita não efectiva.

Quanto às dificuldades na implementação daquele critério, entendem que, dado a ausência na maior parte das vezes de registos contabilísticos específicos e de indicadores de execução orçamental, tais dificuldades iriam não só contribuir para uma maior indisciplina e menor transparência naquela execução como também impossibilitariam a consecução dos objectivos da sua implementação, porque se deixava de ter em vista, por força do critério de equilíbrio, o fomento do investimento e o próprio controlo da inflação.

Opinam os críticos que a adopção de tal critério só pode ter uma justificação política: permitir aos governos apresentar como equilibrados orçamentos que na realidade o não estão, que só o estão mercê de uma ficção legal. Na realidade, sublinham aqueles críticos que os juros da dívida pública são, para todos os efeitos, despesa efectiva, não existindo qualquer razão de ordem técnica para que não sejam contabilizados.

No que respeita à realidade cabo-verdiana, importa salientar que a Lei N.º 51/II/85 - a lei de enquadramento orçamental em vigor a quando da elaboração do Orçamento Geral do Estado referente ao ano de 1991, acolheu, de certo modo, o critério de equilíbrio substancial do equilíbrio orçamental, ao estatuir no seu art.º 20º, n.º 2, que aquele Orçamento deverá prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, devendo as receitas correntes ser, sempre que possível, pelo menos iguais às despesas correntes. Este critério, ao exigir, de certo modo, que a despesa corrente, que incluiu as despesas com os juros da dívida, igualasse a receita corrente, impedia que fossem utilizados receitas de capital para cobrir despesas de funcionamento da Administração Pública.



X. RESUMO DAS VERIFICAÇÕES FEITAS NOS CAPÍTULOS ANTERIORES:

Com vista a facilitar uma mais rápida compreensão do que se relatou nas páginas precedentes, resumem-se neste capítulo os aspectos mais relevantes da actividade financeira pública no exercício económico de 1991:

10.1 - NO QUE CONCERNE AO PROCESSO DA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL:

10.1.1 - O Orçamento Geral do Estado referente ao Exercício Económico de 1991, aprovado pela Lei n.º 4/IV/91, de 4 de Julho e publicado no Suplemento ao Boletim Oficial n.º 26 da mesma data, fixou em 10.232 milhares de contos o montante das despesas a realizar no exercício e as receitas em igual montante;

10.1.2 - Este Orçamento foi posto em execução pelo Decreto n.º 72/91, publicado no suplemento ao BO n.º 26 da mesma data, no qual se consagram alguns princípios e regras a que deveria obedecer a execução orçamental no exercício de 1991, designadamente o regime duodecimal, a utilização das dotações orçamentais, alterações ao orçamento, dotações e orçamentos dos investimentos do Plano, serviços e fundos autónomos, adiantamentos de fundos, prazos para autorização das despesas.

10.1.3- A Conta Geral do Estado aparece pela primeira vez definida na Lei n.º 26/III/87, de 31 de Dezembro, como “a síntese de toda a execução do Orçamento Geral do Estado, durante o ano económico a que respeita(art.º 1º), devendo-se adoptar-se na sua elaboração a mesma classificação de receitas e despesas previstas no O.G.E.

10.1.4 - Em cumprimento do disposto na referida Lei de Enquadramento Orçamental, a Conta Geral do Estado deveria ser estruturada(...), de modo a reflectir com transparência os resultados da execução orçamental, designadamente da quantificação tipificada da totalidade das receitas efectivamente arrecadadas e das despesas realmente pagas.

10.1.5 - No entanto, a estruturação da referida conta só se efectivou com a publicação do Decreto-Lei n.º 49/89, de 26 de Junho, nos termos do qual a Conta Geral do Estado é constituída pelo relatório do Ministro das Finanças e pelas Partes I e II, onde se fará a análise de toda a execução orçamental durante o ano económico a que a conta respeita, tanto quanto possível

inserida na evolução da economia nacional no mesmo período, bem como da situação financeira do Estado no fim desse período (art.º 1º).

10.1.6 - Tanto o processo de elaboração do Orçamento do Estado como a sua execução, obedeceram, nas suas linhas essenciais, aos princípios e regras básicos estatuídos na Lei N.º 51/II/85, de 10 de Janeiro, a primeira lei de enquadramento orçamental do País; (Cfr.

10.2 – NO QUE SE REFERE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

10.2.1- No que se refere às receitas orçamentais, foi arrecadado, no exercício económico de 1991, o montante de 6.695,3 milhares de contos, quando era prevista uma cobrança de 10.428 milhares, tendo-se verificado, portanto, uma a baixa taxa de execução orçamental, cerca de 64,2% do total previsto, cabendo às receitas correntes 3.638,7, às de capital, 3.009,4 e às reposições não abatidas nos pagamentos 47,1 milhares .

10.2.2 - Todavia, regista-se na Conta Geral do Estado uma subavaliação das receitas de capital, por não se ter entrado em linha de conta com os Passivos Financeiros, no montante de 1.853,9 milhares de contos obtidos em operações de crédito interno e externo.

10.2.3 - Os Impostos, directos e indirectos, foram responsáveis por cerca de 89,3% do total das cobranças das receitas correntes, com 26,3 % e 63%, respectivamente, seguindo-lhes as vendas de serviços e bens não duradouros, com 3,5%, os rendimentos de propriedade e as transferências correntes, ambas com 2,4%, as taxas, multas e outras penalidades e as vendas de bens e serviços não duradouros com, respectivamente, 2,3%, respectivamente.

10.2.4 - Os Concelhos do País em que se registaram melhores arrecadações de receitas fiscais foram os das Praia, S.Vicente e Sal, com, respectivamente, 3.284, 1.100 e 275 milhares de contos, sendo estes três concelhos responsáveis pela arrecadação de 96,2% das receitas fiscais naquela gerência.

10.2.5 As receitas efectivas, obtidas pelo abate dos passivos financeiros(empréstimo internos e externos utilizados) ao somatório das receitas correntes e de capital, acrescidas das reposições não abatidas nos pagamentos e as contas de ordem, atingiram no exercício económico em exame, o montante de 4.841,3 milhares de contos.



10.2.6— No exercício em análise, a execução orçamental das despesas consubstanciou-se no pagamento de despesas no montante de 7.898,2 milhares de contos, sendo 4.324,8 milhares de despesas correntes, e 3.573,4 milhares de despesas de capital (fundos saídos do Tesouro – não se entrou em linha de conta com os financiamentos directos no montante de 2.232,4 m.c.)

10.2.7 – Nas despesas de capital, a maior fatia(2.858,7 m.c.) foi gasta no financiamento do Programa de Investimentos do Plano e a parte remanescente(714,7 m.c.) foi utilizada, designadamente, na amortização da dívida pública (635,1 m.c.), na aquisição de bens maquinarias e equipamentos para o regular funcionamento da máquina estatal (74,5 m.c.) e outras despesas de capital (5,1 m.c.);

10.2.8 - Ocupa lugar proeminente, entre as despesas correntes, os encargos com o pessoal, com 45,1% do total orçamentado, seguindo-se-lhe as transferências correntes - Sector Público, com 15,3 % e outras despesas correntes com 16,9 %.

10.2.9 – As despesas efectivas, que se obtêm subtraíndo-se as amortizações da dívida pública ao somatório das despesas correntes e de capital e as contas de ordem, cifraram-se no exercício em 7.263,1 milhares de contos.

10.3- NO QUE RESPEITA AS OPERAÇÕES DE TESOURARIA

Segundo a CGE entraram no Tesouro, por conta dessas operações, o montante de 2.300,2 milhares de contos e saíram 773,4 milhares tendo transitado para o ano seguinte um saldo devedor 1.526,8 milhares.

10.4 - NO QUE RESPEITA AO ENDIVIDAMENTO PÚBLICO

10.4.1- A Dívida Pública Cabo-verdiana, liquidada de amortizações, cifrava-se, em 31/12/91, em 13.286 milhares de contos, cabendo à dívida interna 3.488 milhares de Contos e 9.798 milhares à dívida externa.

10.4.2 - Por sua vez, o serviço desta dívida(juros e amortização do capital), traduziu-se no reembolso de 635,1 milhares de contos repartidos em dívida interna 93,5 milhares e 541,6 para a dívida externa. De igual modo, se pagaram, a título daquele serviço, juros no montante de 288,4 milhares de contos, tendo ido 80,6 milhares para a dívida interna e 207, 8 milhares para a dívida externa.

10.5 – NO QUE SE REFERE AO DÉFICE ORÇAMENTAL E ÀS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO

10.5.1 - O Défice da Conta Geral do Estado, como a diferença entre as receitas efectivas (4.841,3) e as despesas efectivas (7.263,1 m.c...) foi calculado pelos serviços técnicos deste Tribunal em -2.421,8 milhares de contos, não obstante a Conta Geral do Estado ser omissa não só quanto ao “montante” desse défice, como também a forma como coberto durante o exercício em apreço.

10.5.2 – As necessidades de financiamento, no montante de 3.56,9 milhares de contos, foram calculadas somando ao défice orçamental (2.421,8 m.c.), as amortizações da dívida pública (635,1 m.c.) ocorridas no ano;

XI. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**11.1- CONCLUSÕES:**

11.1.1- Tendo em conta tudo quanto se relatou nos capítulos precedentes sobre a manifesta insuficiência de informações e outros dados relevantes ao ajustamento da Conta, designadamente, os saldos de início e fim de exercício, a conta geral das operações de tesouraria, as operações de encerramento do exercício, a conta geral da dívida pública, não pode este Tribunal deixar de formular fortes reservas quanto à virtualidade da presente Conta Geral do Estado de reflectir toda a actividade financeira pública desenvolvida no Exercício Económico de 1991;

11.1.2– Todavia, é perfeitamente admissível que as deficiências na elaboração da presente Conta, sejam, por um lado, reflexo do estado de completa desorganização em que se encontrava na época a Administração Financeira do Estado, por outro, da relativa inexperiência na elaboração da primeira conta pública, em que praticamente as operações de arrecadação das receitas e da realização das despesas no exercício em análise se processavam manualmente;

11.1.3- As verificações empreendidas tanto nos documentos relativos à arrecadação das receitas como nas das despesas não revelaram situações irregulares ou de duvidosa legalidade, que, a existirem, poderiam determinar a efectivação da correspondente responsabilidade, nos termos da lei ;

11.1.4- Não obstante a reserva formulada no ponto 11.1, o Tribunal de Contas, reunido em sessão plenária de 31 de Dezembro de 1999, ponderando



os graves inconvenientes que o protelamento de uma decisão sobre esta Conta acarretariam para o início da regular emissão dos pareceres sobre as contas públicas, nos prazos constitucional e legalmente previstos, não levanta qualquer objecção à aprovação pelo Parlamento da Conta Geral do Estado referente ao Exercício Económico de 1993.

11.1.5- Contudo, para que a Conta Geral do Estado seja o retrato fiel de toda a actividade financeira pública no exercício de que se presta contas, ela deve ser devidamente organizada e conter todos os elementos necessários à sua apreciação técnica por este Tribunal, o que passa necessariamente pelo acatamento, no futuro, das seguintes:

11.2. RECOMENDAÇÕES

11.2.1- Que as futuras Contas Gerais do Estado venham acompanhadas de notas explicativas detalhadas relativamente às operações financeiras praticadas pelo Tesouro, fora do âmbito do Orçamento, designadamente o montante, origem e finalidades das operações, não só dos empréstimos, internos e externos, mas também das ajudas internacionais, seja directamente em dinheiro seja o resultado da conversão monetária das mercadorias doadas a título de ajuda alimentar.

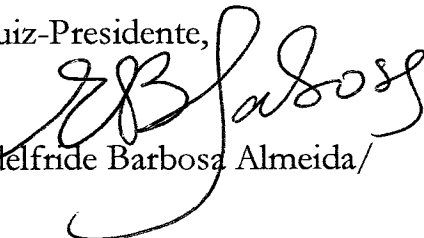
11.2.2 - Que sejam envidados esforços no sentido de as futuras contas gerais apresentarem os saldos de início e fim de exercício, com vista a permitir a este Tribunal formular, com elevado grau de razoabilidade, um juízo de legalidade e da conformidade da execução orçamental às leis em vigor

11.2.3 - Que os resultados da execução orçamental sejam apresentados de forma que a Conta Geral do Estado espelhe toda a actividade financeira pública realizada no exercício, reflectindo a totalidade das receitas arrecadadas (qualquer que seja a sua origem) e das despesas (qualquer que seja a sua afectação) de maneira a evidenciar eventuais défices ou superávites da execução orçamental.

11.2.3 - Que as futuras Contas sejam aprovadas pelo Governo, antes da sua apresentação ao Parlamento, de modo a cumprir o previsto na Constituição e nas leis ordinárias, designadamente no Regimento da Assembleia Nacional e na Lei do Enquadramento Orçamental.

Plenário do Tribunal de Contas, na Praia, aos 31 de Dezembro de 1999.

O Juiz-Presidente,




/Edelfride Barbosa Almeida/

Os Juizes-Conselheiros,



/Manuel do Nascimento Delgado/ (Relator da C.G.E)



/Daniel L. Pereira de Barros /



ANEXOS

Handwritten signature

QUADROS

- ALTERAÇÕES DA RECEITA (ASSEMBLEIA NACIONAL)
- ALTERAÇÕES DAS DESPESAS – ÓPTICA ORGÂNICA (ASS. NACIONAL)
- ALTERAÇÕES DAS DESPESAS – ÓPTICA FUNCIONAL (ASS. NACIONAL)
- RECEITAS CORRENTES
- RECEITAS DE CAPITAL
- RECEITAS FISCAIS
- EMPRÉSTIMOS EXTERNOS
- AVALES E GARANTIAS
- VARIAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA
- ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA (GOVERNO)
- TRANSFERÊNCIAS PARA O SECTOR PÚBLICO
- TRANSFERÊNCIAS PARA EMP. PÚBL.
- TRANSFERÊNCIAS PARA EMP. PÚBL.





ALTERAÇÕES DA RECEITA 1991 (ASSEMBLEIA NACIONAL)

(EM MILHARES DE CONTOS)

DESIGNAÇÃO	ORÇ. INICIAL	ALTERAÇ. ORÇ.	ORÇ. FINAL	EXECUÇÃO ORÇ.
Receitas Correntes				
Impostos Directos	931,1	25,0	956,1	944,2
Impostos Indirectos	2.071,9	60,0	2.131,9	2.165,4
Taxas, Multas e outras Penalidades	97,6	0,0	97,6	107,0
Rendimentos de Propriedades	705,0	0,0	705,0	248,9
Transferências	145,5	70,0	215,5	53,1
Vendas de Bens Duradouros	0,0	0,0	0,0	0,0
Vendas Bens e Serviços não Durad.	107,0	0,0	107,0	119,9
Outras Receitas Correntes	0,0	0,0	0,0	0,2
SUBTOTAL	4.058,1	155,0	4.213,1	3.638,7
Receitas de Capital				
Vendas de Bens de Investimento	85,5	0,0	85,5	0,6
Transferências	3.334,4	0,0	3.334,4	1.005,1
Activos Financeiros	245,0	0,0	245,0	149,8
Passivos Financeiros	2.333,1	0,0	2.333,1	1.853,9
Outras Receitas de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0
SUBTOTAL	5.997,9	0,0	5.997,9	3.009,4
Reposições n/ abatidas nos pgtos	1,0	41,2	42,2	47,1
Contas de Ordem	175,0	0,0	175,0	0,0
TOTAL DAS RECEITAS	10.232,0	196,2	10.428,2	6.695,2
TOTAL DA REC. EFECTIVA	7.898,9	196,2	8.095,2	4.841,3

ALTERAÇÕES DA DESPESA - ÓPTICA ORGÂNICA (ASS. NACIONAL)
(em milhares de contos)

MINISTÉRIOS	PREV. INIC.	ALT.	TOTAL
Assembleia Nacional Popular	75,0	5,0	80,0
Presidência da República	55,0	0,0	55,0
Gabinete do Primeiro Ministro	605,7	0,0	605,7
Ministério da Defesa	261,5	0,0	261,5
Ministério dos Negócios Estrangeiros	398,8	0,0	398,8
Ministério da Justiça Ad. Pública e Trabalho	228,0	0,0	228,0
Ministério das Finanças e do Plano	1.442,3	191,2	1.633,5
Ministério Desenvolvimento Rural e pesca	1.431,1	0,0	1.431,1
Ministério da Econo., Transp. e Comunicações	2.494,3	0,0	2.494,3
Ministério da Saúde, Promoção Social	594,7	0,0	594,7
Ministério da Educação	1.305,6	0,0	1.305,6
Ministério das Obras Públicas	1.339,9	0,0	1.339,9
TOTAL	10.232,0	196,2	10.428,2

ALTERAÇÕES DA DESPESA - ÓPTICA FUNCIONAL (ASS. NACIONAL)
(em milhares de contos)

COD.	FUNÇÕES	PREVISÃO VALOR	ALT.	TOTAL
(1)	Serv. Gerais Administ. Pública	1.977,3	46,2	2.023,5
(2)	Defesa Nacional	261,5		261,5
(3)	Educação	1.291,3		1.291,3
(4)	Saúde	471,7		471,7
(5)	Segurança e Assistência Social	204,0	50,0	254,0
(6)	Habitação e Equip. Urbanos	954,2		954,2
(7)	Outros Serv. Colectivos e Sociais	319,2		319,2
(8)	Serviços Económicos	4.292,8		4.292,8
(9)	Outras Funções	460,0	100,0	560,0
	TOTAL:	10.232,0	196,2	10.428,2

Handwritten signature



RECEITAS CORRENTES 1991

(EM MILHARES DE CONTOS)

CODIGO		DESIGNAÇÃO DA RECEITA	DOT. ORÇ.		EXECUÇÃO		TAXA EXEC.
CAP.	GRP		VALOR	%	VALOR	%	
01		Impostos Directos	956,1	22,9%	944,2	25,9%	98,8%
	01	Sobre o rendimento	922,8	22,1%	903,1	24,8%	97,9%
	02	Outros	33,3	0,8%	41,1	1,1%	123,4%
02		Impostos Indirectos	2.131,9	50,2%	2.165,4	59,5%	103,3%
	01	Aduaneiros	855,0	20,5%	865,3	23,8%	101,2%
	02	Outros	1.276,9	29,7%	1.300,1	35,7%	104,7%
03		Taxas, Multas e Out. Penalid.	97,6	2,3%	107,0	2,9%	109,6%
	01	Taxas	77,9	1,9%	86,3	2,4%	110,7%
	02	Multas e Outras Penalidades	19,7	0,5%	20,7	0,6%	105,3%
04		Rendimentos de Propried.	705,0	16,9%	248,9	6,8%	35,3%
	01	Juros – Sector Público	160,0	3,8%	108,5	3,0%	67,8%
	06	Particip.nos lucros emp. púb. Aut.	460,0	11,0%	100,5	2,8%	21,8%
	09	Rendas de terrenos - Outros sect.	85,0	2,0%	40,0	1,1%	47,1%
05		Transferências – Sector Púb.	215,5	5,2%	53,1	1,5%	24,6%
	01	Amortizações para Previdência	123,5	3,0%	43,9	1,2%	35,5%
	02	Transferências – Exteriores	84,0	2,0%	0,0	0,0%	0,0%
	03	Transferências – Outros Sectores	8,0	0,2%	9,2	0,3%	115,1%
06		Vendas de Bens Durad.	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-
	01	Outros sectores	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-
07		Vendas Serv. e Bens n/Durad.	107,0	2,6%	119,9	3,3%	112,1%
	01	Rendas de habitação	8,7	0,2%	5,7	0,2%	65,2%
	10	Diversos - Outros Sectores	98,3	2,4%	114,2	3,1%	116,3%
08		Outras Receitas Correntes	0,0	0,0%	0,2	0,0%	-
TOTAL			4.213,1	100,0%	3.638,7	100,0%	86,4%

RECEITAS DE CAPITAL 1991

(EM MILHARES DE CONTOS)

CÓDIGO		DESCRIÇÃO DA RECEITA	PREVISTO		RECEBIDO		TAXA EXEC.
CP.	GR.		VALOR	PESO	VALOR	PESO	
09		Venda de Bens de Investimento	86	1,4%	0,6	0,02%	0,7%
	01	Material de transporte	86	1,4%	0,6	0,02%	0,7%
	02	Maquin. e equip. - Outros Sect.	0	0,0%	0	0,00%	--
10		Transferências	3.334	55,6%	1.005,1	33,40%	30,1%
	01	Outros sectores	3.334	55,6%	1.005	33,40%	30,1%
11		Activos Financeiros	245	4,1%	149,8	4,98%	61,2%
	01	Emprést. N/titul. Médio prazo – S.P.	245	4,1%	149,8	4,98%	61,2%
12		Passivos Financeiros	2.333	38,9%	1.853,9	61,60%	79,5%
	01	Títulos a longo prazo - exterior	1.951	32,5%	1.226,1	40,74%	62,8%
	01	Títulos a longo prazo - Out. sect.	382	6,4%	627,8	20,86%	164,4%
13		Outras Receitas de Capital	0	0,0%	0	0,00%	--
TOTAL			5.998	100,0%	3.009,5	100,00%	50,2%

288

RECEITAS FISCAIS 1991

(EM MILHARES DE CONTOS)

CA	GR	ART	DESIGNAÇÃO	PREVISTO		COBRADO		DESVÍO		TAXA EXEC.
				VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	
01	01		Imposto Directos	956,1	31,0%	944,2	30,4%	-11,9	-1,2%	98,8%
			Sobre o rendimento	922,8	29,9%	903,1	29,0%	-19,7	-2,1%	97,9%
		01	Contribuição Industrial	375,0	12,1%	362,1	11,6%	-12,9	-3,4%	96,6%
		02	Contribuição Predial	51,0	1,7%	50,8	1,6%	-0,2	-0,3%	99,7%
		03	Imposto Profissional	205,0	6,6%	213,2	6,9%	8,2	4,0%	104,0%
		04	Imposto de Capitais	1,8	0,1%	1,8	0,1%	0,0	0,0%	100,0%
	02	05	Imp. sobre Rendimento Petróleo	40,0	1,3%	40,0	1,3%	0,0	0,0%	100,0%
		06	Imposto Complementar	250,0	8,1%	235,1	7,6%	-14,9	-6,0%	94,0%
			Outros	33,3	1,1%	41,1	1,3%	7,8	23,4%	123,4%
		01	Imp. S/ as Sucessões e Doações	6,0	0,2%	6,0	0,2%	0,0	-0,1%	100,0%
		02	Sisa s/a Trans. de Imob. P/ Tít. Oner.	18,0	0,6%	26,3	0,8%	8,3	46,1%	146,1%
		03	Imp. Circulação Veículo Automóvel	7,5	0,2%	7,1	0,2%	-0,4	-5,9%	94,1%
		04	Imp. de Produção de Cana Sacarina	1,8	0,1%	1,8	0,1%	-0,1	-2,8%	97,2%
			Imposto Indirectos	2.131,9	69,0%	2.165,4	69,6%	33,5	1,6%	101,6%
02	01		Aduaneiros	855,0	27,7%	865,3	27,8%	10,3	1,2%	101,2%
		01	Direitos de Importação	855,0	27,7%	865,3	27,8%	10,3	1,2%	101,2%
	02		Outros	1.276,9	41,4%	1.300,1	41,8%	23,2	1,8%	101,8%
		01	Taxa Esp. Armazenag. Combustíveis.	0,4	0,0%	0,3	0,0%	-0,1	-30,5%	69,5%
		02	Imposto de Consumo	680,0	22,0%	686,7	22,1%	6,7	1,0%	101,0%
		03	Imposto de Selo	220,0	7,1%	211,4	6,8%	-8,6	-3,9%	96,1%
		04	Imp. de Consumo Tab. Manipulado	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
		05	Imp. de Comercio Marítimo	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
		06	Serv. Aduan. E da Pol. Fiscal-Emol.	375,0	12,1%	400,2	12,9%	25,2	6,7%	106,7%
		07	Taxas de Exploração- Lojas Francas	1,0	0,0%	0,0	0,0%	-1,0	-100,0%	0,0%
		08	Serviço Importação e Exportação	0,5	0,0%	1,5	0,0%	1,0	208,0%	308,0%
		09	Produto de Taxas sobre café	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
			TOTAL	3.088,0	100,0%	3.109,6	100,0%	21,6	0,7%	100,7%

**Empréstimos Externos contraídos no Ano de 1991**

Mutuantes	Legislação / /Data Acordos	Montantes (unid: milhares)		Finalidades
		Moeda	Contos	
FIDA	D.L. N.º 31/91 03/02/91 ¹⁰ 13/02/91	DTS 4.100.000	5.771.160	Projecto de "Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária na Base Comunitária"
FAD	D.L. N.º 32/91 30/11/90	UCF ¹¹ 1.090.000 1.003.947	1.423.998	Projecto "Apoio Institucional aos Ministérios do Plano e das Finanças"
FAD	D.L. N.º 33/91 30/11/90	UCF ¹² 11.200.000 10.315.782	14.631.906	Projecto "Salina do Maio"
FAD	D.L. N.º 34/91 30/11/90	UCF ¹³ 8.500.000 7.865.784	11.156.828	Projecto "Plano Sanitário do Mindelo II Fase"
TOTAL			32.983.892	

Avaes e Garantias contraídos em 1991

Tipos	Beneficiários	Mutuante	Legislação	Montante	Finalidade
AVALES	ASA	BTA	Portaria	USD 903.210	
	ARCA VERDE	BCV	Despacho	CVE 13.850.000	
	ASA	BCV	Despacho	USD 868.916.73	Pag. Divida SOMAGUE
GARANTIAS	TACV	BCV	Dec. n.º 98/91	USD 2.332.700	Reemb. emprést.
	TACV	BCV	Dec. n.º 184/91	CVE 30.000	
	TACV	BCV	Dec. n.º 185/91	CVE 96.680.000	
	ARCA VERDE	BCV	Dec. n.º 18/91	USD 7.951.999	

¹⁰ Duas datas diferentes, em que uma se encontra no B.O e a outra num documento da DGT.

¹¹ Dois montantes diferentes, em que um se encontra no B.O e o outro num documento da DGT.

¹² Idem

¹³ Idem

VARIAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA EM 1991

(EM CONTOS)

N.R	CREDOR	PAGAMENTOS			DESEMB. CREDOR	FLUXO DÍVIDA
		CAPITAL	JUROS	TOTAL		
	BAD	1136	2.653	2.654	0	-2.654
	FAD	0	361	361	0	-361
	BAD	20.138	18.975	39.113	0	-39.113
	OPEC	0	1.006	1.006	0	-1.006
	NTF	2.319	1.242	3.561	0	-3.561
	BAD	38.270	32.623	70.893	0	-70.893
	BM/ID	0	1.563	1.563	0	-1.563
	FIDA	803	584	1.387	0	-1.387
	BAD	21.712	0	21.712	0	-21.712
	FAD	5.065	10.750	15.815	0	-15.815
RE	BADE	42.157	0	42.157	0	-42.157
RE	OPEC	50.445	0	50.445	0	-50.445
1	BADE	10.791	1.821	12.612	0	-12.612
4	BADE	46.827	4.683	51.510	0	-51.510
5	OPEC	2.866	153	3.019	0	-3.019
7	NTF	3.133	1.448	4.581	0	-4.581
9	OPEC	3.698	46	3.744	0	-3.744
12	FIDA	4.153	890	5.043	0	-5.043
15	OPEC	3.698	65	3.763	0	-3.763
18	BEI	15.590	5.294	20.884	0	-20.884
21	BADE	13.346	0	13.346	35.627	22.281
28	CGD	81.319	55.656	136.975	0	-136.975
30	FAD	0	0	0	2.829	2.829
32	OPEC	3.698	313	4.011	0	-4.011
33	BM/ID	0	2.005	2.005	0	-2.005
34	BADE	68.170	42.147	110.317	0	-110.317
35	CACE	26.582	10.628	37.210	0	-37.210
36	OPEC	7.396	74	7.470	0	-7.470
39	FAD	0	0	0	9.487	9.487
42	FAD	0	0	0	6.871	6.871
43	CCCE	0	2	2	0	-2
44	BM/ID	0	2.319	2.319	72.126	69.807
46	FAD	0	0	0	3.998	3.998
49	ICO	0	2.239	2.239	0	-2.239
50	OPEC	0	832	832	0	-832
51	FAD	0	0	0	528	528
52	FAD	0	0	0	21.510	21.510
53	BM/ID	0	364	364	0	-364
54	FIDA	0	0	0	18.359	18.359
58	FAD	0	0	0	52.957	52.957
59	BADE	4.514	542	5.056	0	-5.056
60	BM/ID	0	1.070	1.070	127.042	125.972
61	BEI	0	4.912	4.912	0	-4.912
64	ICO	0	0	0	90.101	90.101
65	BM/ID	0	0	0	3.014	3.014
65	FAD	0	0	0	3.014	3.014
66	FIDA	0	0	0	29.337	29.337
TOTAL		476.691	207.260	683.951	476.800	-207.151



ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA EM 1991 (GOVERNO)

(EM CONTOS)

DEPARTAMENTOS	REFORÇOS		ANULAÇÕES		ALTERAÇÕES LÍQUIDAS	
	DESP. CORR. (1)	DESP. CAP. (2)	DESP. CORR. (3)	DESP. CAP. (4)	DESP. CORR. (5) = (1)-(2)	DESP. CAP. (6) = (2)-(4)
Assembleia Nacional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Presidência da República	2.088,0	954,6	3.042,6	0,0	-954,6	954,6
Gabinete do Primeiro Ministro	7.450,9	0,0	7.450,9	0,0	0,0	0,0
Ministério da Defesa	36,0	0,0	36,0	0,0	0,0	0,0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	9.450,0	1.315,0	10.765,0	115,0	-1.315,0	1.315,0
Ministério da Justiça Adm. Púb. e Trab.	653,6	0,0	538,6	0,0	115,0	-115,0
Ministério das Finanças e Plano	2.700,0	810,0	3.510,0	0,0	-810,0	810,0
Ministério do Desenv. Rural e Pescas	2.219,1	0,0	2.219,1	0,0	0,0	0,0
Ministério da Econ. Transp. e Comunic.	1.577,4	0,0	817,4	760,0	760,0	-760,0
Ministério da Saúde e Promoção Social	4.100,0	0,0	4.100,0	0,0	0,0	0,0
Ministério da Educação	8.024,2	26,6	8.050,7	0,0	-26,6	26,6
Ministério das Obras Públicas	461,0	0,0	461,0	0,0	0,0	0,0
Secretaria de Est. dos Transp. e Com..	748,6	0,0	748,6	0,0	0,0	0,0
TOTAL GERAL.....	39.508,7	3.106,2	41.739,9	875,0	-2.231,2	2.231,2
TOTAL REFORÇOS/ANULAÇÕES....	(7) = (1) + (2) = 42.614,9		(8) = (3) + (4) = 42.614,9		(9) = (5) + (6) = (7) - (8) = 0,0	

TRANSFERÊNCIAS OU SUBSÍDIOS (RESUMOS)

TRANSFERÊNCIAS PARA O S.P.

Entidades Concedentes	Orç. Inicial	alter.	Orç. Final	Pagto. Efect.	Saldo
PR	1.500	0	1.500	1.500	0
GPM	68.970	0	68.970	60.689	8.281
MNE	11.586	0	11.586	10.428	1.158
MJT	20.657	300	20.957	18.894	2.063
MFP	255.944	-5.207	250.737	250.737	0
MDRP	104.842	2.154	106.996	106.683	313
MTIC	57.912	-5.433	52.479	52.429	50
MJT	17.982	0	17.982	15.500	2.482
ME	31.165	3.148	34.313	32.319	1.994
MOP	1.822	0	1.822	1.561	261
TOTAL	572.380	-5.038	567.342	550.740	16.602

TRANSFERÊNCIAS PARA EMP. PÚBL.

Entidade Concedente	Orç. Inicial	alter.	Orç. Final	Pagto. Efect.	Saldo
MFP	30.000	10.000	40.000	40.000	0

TRANSFERÊNCIAS OUTRAS

Entidade Concedente	Orç. Inicial	alter.	Orç. Final	Pagto. Efect.	Saldo
PR	800	0	800	800	0
GPM	37.150	-800	36.350	27.151	9.199
MJT	5.292	0	5.292	3.823	1.469
MFP	79.250	-12.663	66.587	66.564	23
MTIC	33.520	7.000	40.520	38.725	1.795
ME	16.460	-4.288	12.172	7.958	4.214
TOTAL	172.472	-10.751	161.721	145.021	16.700

TRANSFERÊNCIAS OU SUBSÍDIOS (DETALHES)

TRANSFERÊNCIAS PARA EMPRESAS PÚBLICAS

	Entidades subsidiadas	Orç. Inicial	alter.	Orç. Final	Pagto. Efect.	Saldo
MFP	Subsídio a Electra	30.000	10.000	40.000	40.000	0



TRANSFERÊNCIAS PARA O SECTOR PUBLICO - 1991

	Entidades subsidiadas	Orç. Inicial	alter.	Orç. Final	Pagto. Efect.	Saldo
PR	Residência Madama	1.500	0	1.500	1.500	0
	TOTAL PR	1.500	0	1.500	1.500	0
GPM	Edições Voz di Povo	18.000	0	18.000	17.850	150
GPM	Agência Noticiosa Cabo-verdiana	13.000	0	13.000	11.700	1.300
GPM	Rádio Nacional	17.000	0	17.000	16.564	436
GPM	Televisão Nacional	18.000	0	18.000	13.016	4.984
GPM	Gimno Desportivo Chã de Areia	2.970	0	2.970	1.559	1.411
	TOTAL GPM	68.970	0	68.970	60.689	8.281
MNE	Instituto de Apoio ao Emigrante	11.586	0	11.586	10.428	1.158
	MNE	11.586	0	11.586	10.428	1.158
MJT	IPAJE- Assist. Judiciaria	3.500	983	4.483	4.443	40
MJT	Inst. Form. Aperfeiçoamento Profissional	10.557	0	10.557	8.534	2.023
MJT	CENFA	6.600	-683	5.917	5.917	0
	TOTAL MJT	20.657	300	20.957	18.894	2.063
MFP	INADI	7.000	-700	6.300	6.300	0
MFP	Subsídio aos Municípios	210.210	0	210.210	210.210	0
MFP	Subsídio Parque 5 de Julho	1.500	0	1.500	1.500	0
MFP	Comparticipação lucros Totoloto	8.000	-4.050	3.950	3.950	0
MFP	Cruz Vermelha de C. Verde	3.000	-300	2.700	2.700	0
MFP	Outros Subsídios	26.234	-157	26.077	26.077	0
	TOTAL MFP	255.944	-5.207	250.737	250.737	0
MDRP	Inst. Nacional de Invest. Desenv. Agrária	24.671	0	24.671	24.671	0
MDRP	Conselho Nac. Ref. Agraria	6.870	2.106	8.976	8.975	1
MDRP	Centro Desenv. Pecuário	9.285	0	9.285	9.245	40
MDRP	Plano Desenv.-Fogo e Brava	4.035	0	4.035	4.035	0
MDRP	Conselho Nacional das Aguas	19.780	0	19.780	19.780	0
MDRP	PID- Boavista	7.000	0	7.000	7.000	0
MDRP	Inst. Nacional das Cooperativas	18.975	0	18.975	18.975	0
MDRP	IFAP	576	48	624	624	0
MDRP	IDEPE	4.650	0	4.650	4.406	244
MDRP	INIP	9.000	0	9.000	8.972	28
	TOTAL MDRP	104.842	2.154	106.996	106.683	313
MTIC	Centro Formação Náutica	27.762	0	27.762	27.762	0
MTIC	Bolsas Estudantes Form. Náutica	6.000	-2.748	3.252	3.252	0
MTIC	Transf. Sector Publico Autarq. Locais	150	0	150	100	50
MTIC	Inst. Nac. de Investigação Tecnológica	16.500	-1.650	14.850	14.850	0
MTIC	Centro Nacional de Artesanato	7.500	-1.035	6.465	6.465	0
	TOTAL MTIC	57.912	-5.433	52.479	52.429	50
MJT	Instituto Cabo-verdiano de Menores	17.982	0	17.982	15.500	2.482
	TOTAL MJT	17.982	0	17.982	15.500	2.482
ME	ICASE	8.000	0	8.000	7.200	800
ME	Comissão Nacional para UNESCO	2.000	0	2.000	1.800	200
ME	ICLD	4.000	0	4.000	4.000	0
ME	Subsídio dos Estudantes URSS outros	0	517	517	0	517
ME	Estudante Ilha da Juventude- Cuba	300	0	300	0	300
ME	Comissão Bolsas Estudos	11.500	2.386	13.886	13.886	0
ME	Arquivo histórico Nacional	5.365	245	5.610	5.433	177
	TOTAL ME	31.165	3.148	34.313	32.319	1.994
MOP	GAPRO	779	0	779	779	0
MOP	Construções Escolares	1.043	0	1.043	782	261
	TOTAL MOP	1.822	0	1.822	1.561	261
	TOTAL	572.380	-5.038	567.342	550.740	16.602

TRANSFERÊNCIAS - OUTRAS

	Entidades subsidiadas	Orç. Inicial	alter.	Orç. Final	Pagto. Efect.	Saldo
GPM	Transferências- Inst. Particulares	250	0	250	5	245
GPM	Federação Cabo-verdiana de Futebol	4.500	0	4.500	4.500	0
GPM	Federação Cabo-verdiana de Basq. e Volei.	2.700	0	2.700	2.312	388
GPM	Federação Cabo-verdiana de Ténis	2.100	0	2.100	2.085	15
GPM	Federação Cabo-verdiana de Atlet. e Ciclis.	1.750	0	1.750	1.324	426
GPM	Federação Cabo-verdiana de Boxe	900	0	900	810	90
GPM	Comissão Nacional de Ginastica	2.500	0	2.500	2.425	75
GPM	Comissão Nacional de karaté	250	0	250	225	25
GPM	Comissão Nacional de Hipismo	250	0	250	0	250
GPM	Comissão Desporto Náutico	250	0	250	225	25
	TOTAL GPM	15.450	0	15.450	13.911	1.539
MJT	Subsídio- a Casa da Criança	822	0	822	740	82
MJT	Subsídio- Casa Betan. Fogo	500	0	500	0	500
MJT	Subsídio- Infant. Ilhas Madeira	720	0	720	720	0
MJT	Subsídio- Unidade Habitação dos Idosos	400	0	400	360	40
MJT	Subsídio- Aldeia Juvenil	2.850	0	2.850	2.003	847
	TOTAL MJT	5.292	0	5.292	3.823	1.469
PR	Transferências - Particulares	800	0	800	800	0
	TOTAL PR	800	0	800	800	0
GPM	Transferências - Particulares	200	0	200	170	30
GPM	Conf. Minist. PALOPs	2.500	0	2.500	1.309	1.191
GPM	Intercâmbio Desportivos	7.200	0	7.200	7.200	0
GPM	Ações Formação Agentes do Desporto	1.000	0	1.000	75	925
GPM	Jogos dos PALOPs	2.000	0	2.000	0	2.000
GPM	Apoio Actividades e Grupo Juvenil	3.000	0	3.000	3.000	0
GPM	Intercâmbio Juvenil	1.500	0	1.500	575	925
GPM	Estímulo a "Criação" Jovem	2.500	0	2.500	420	2.080
GPM	Alinia Nova	1.000	0	1.000	491	509
	TOTAL GPM	20.900	0	20.900	13.240	7.660
MFP	Indemnização por Acident. Serv.	1.250	-1.250	0	0	0
MFP	Pensões a Particulares	7.000	-6.700	300	300	0
MFP	Particulares	1.000	0	1.000	977	23
	TOTAL MFP	9.250	-7.950	1.300	1.277	23
MTIC	Subsidio para funerais	20	0	20	0	20
MTIC	Subsídio- Grupo Vuln. Sotavento	2.500	0	2.500	1.792	708
MTIC	Subsídio- Grupo Vuln. Barlavento	1.000	0	1.000	900	100
MTIC	Subsídio- Evacuação de doentes	30.000	7.000	37.000	36.033	967
	TOTAL MTIC	33.520	7.000	40.520	38.725	1.795
ME	Transferências Particulares	80	0	80	0	80
ME	Transferência Particular	0	500	500	500	0
ME	Subsídio Actividades Desportivas	700	0	700	426	274
ME	Património Cultural	2.500	0	2.500	1.858	642
ME	Comissão Nacional Ling. Cabo-verdiana	2.000	0	2.000	0	2.000
ME	Gabinete Cidade Velha	2.000	-1.677	323	323	0
ME	Historia Geral Cabo Verde	1.100	0	1.100	0	1.100
ME	Animação Cultural	7.950	-3.111	4.839	4.839	0
ME	Subsidio Actividades Desportivas	130	0	130	12	118
	TOTAL ME	16.460	-4.288	12.172	7.958	4.214
GPM	Transferências - Exteriores	800	-800	0	0	0
	TOTAL GPM	800	-800	0	0	0
MFP	Quotas a Organizações Internacionais	70.000	-4.713	65.287	65.287	0
	TOTAL MFP	70.000	-4.713	65.287	65.287	0
	total	172.472	-10.751	161.721	145.021	16.700



CORRESPONDÊNCIAS

ENVIADAS E RECEBIDAS

Handwritten signature



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

GABINETE DO MINISTRO

CONTA GERAL DO ESTADO DE 1991

Na perspectiva económica das despesas, o total das despesas aprovadas, com a Lei nº19/IV/91, é de 4.967.766 contos, assim deverá ser rectificado o Quadro IX, constante da página 29 do parecer preliminar do Tribunal de Contas (TC)

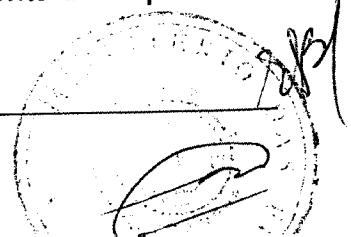
Igualmente embora orçamentados nas rubricas próprias no Orçamento aprovado, durante a execução os montantes afectos à Polícia de Ordem Pública e Segurança, Assembleia Nacional e Forças Armadas, são transferidos através da rubrica de "Outras Despesas Correntes", dado não se saber a afectação concreta no momento das despesas. Assim, não se afigura como violação da lei orçamental a execução de despesas acima do orçamentado nessa rubrica.

Também foram publicados as Portarias de Reforço e Anulações necessárias para dar cobertura, as alterações orçamentais feitas no decurso do ano económico, nomeadamente as nº:38/91, 39/91, 40/91, 41/91, 106/91

No que tange à execução do Orçamento de Investimentos, embora haja sectores para os quais os montantes orçamentados foram excedidos, nos termos da Lei nº 4/IV/91, no seu artigo 7º. Nº 2, o Governo fica autorizado a efectuar transferências de verbas entre projectos que integrem o programa de investimentos.

No que tange à dívida pública caboverdiana, os dados fornecidos pela DGT no que concerne aos stocks de dívida externa e interna referem-se ao final do período após as operações de desembolso e reembolso, sendo assim o stock líquido no final do período. Não devendo deduzir-se ao stock às operações de reembolso de capital (amortizações).

No que se refere à não inclusão dos Mapas de receitas e despesas dos serviços e fundos autónomos, segundo o disposto na Lei nº51/II/85, de 10 de Janeiro, a mesma Lei dispõe que "... o regime financeiro dos serviços e fundos autónomos será regulado em diploma especial com base na presente Lei e tendo em conta a necessidade da sua integração num orçamento consolidado da Administração Central do Estado,..." , ora este dispositivo nunca foi regulamentado, não permitindo o cumprimento do disposto na Lei do enquadramento do orçamento





MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DO MINISTRO DAS FINANÇAS

Exmo Senhor
Dr. Manuel Delgado
Juiz Conselheiro
Tribunal de Contas

CONFIDENCIAL
URGENTE

C/C: Gab. de S.E. o Sr. Primeiro Ministro
Gab. de S.E. o Ministro das Finanças

N/Refª 053 /SEAMF/98

Praia, 25/08/98

Assunto: Dados para análise da Conta Geral do Estado para os anos de 1991-1993.

Exmo Senhor,

Na sequência dos encontros havidos com o Tribunal de Contas e o Ministério das Finanças, queira encontrar, em anexo, os elementos solicitados pela vossa instituição relativamente aos passivos financeiros e stock da dívida interna e externa, no período citado em epígrafe.

Para qualquer esclarecimento posterior estaremos à inteira disposição do Tribunal de Contas

Com os meus melhores cumprimentos

Secretário de Estado Adjunto do Ministro das Finanças

Anexo: Quadro com os dados de passivos financeiros e stock da dívida interna e externa



Evolução dos passivos financeiros 1991-1993

	1991	1992	1993
Stock dívida interna	3.487,50	4.446,00	5.766,60
reembolso	174,14	213,30	284,90
pagamento juros	80,60	89,90	144,60
pagamento capital	93,54	123,40	140,30
desembolso	1.226,14	1.289,20	1.460,90
Stock dívida externa	9.797,70	11.328,80	11.549,00
reembolso	749,40	657,70	922,70
pagamento juros	207,80	172,10	253,90
pagamento capital	541,60	485,60	668,80
desembolso	627,80	1.218,00	1.584,00

25/08/98

1. Entrada.

2. Ao Ex^{mo} Sr. Presidente do Tribunal de Contas da Praia, Dr. Manuel Delgado.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DO MINISTRO DAS FINANÇAS

17-18/8/98

Exmo. Sr.
Presidente do Tribunal de
Contas
Praia

Praia, 17 de Agosto de 1998

Nossa Ref: 025

Vossa Ref: 410/TC/98

C.C.

Sr Presidente da Assembleia Nacional

Sr. Primeiro Ministro

Sr. Vice Primeiro Ministro

Sr. Ministro das Finanças

Assunto: Parecer sobre as contas do Estado (1991/1993)

Excelência,

Tendo recebido a Vossa nota confidencial datada de 31 de Julho de 1998, ficamos surpreendidos com as preocupações que a mesma mencionava, pois os serviços das finanças sempre estiveram abertos e prestaram pronta colaboração à equipa técnica do Tribunal de Contas, dirigida pelo Juiz Conselheiro, Dr. Manuel Delgado, que tem estado a preparar o parecer sobre as contas em epígrafe.

Prova disso é que várias reuniões entre as duas equipas foram realizadas no Ministério das Finanças tendentes aos esclarecimentos necessários, com as presenças do actual Secretário de Estado Adjunto do Ministro das Finanças e do Juiz Conselheiro Dr. Manuel Delgado.

Ave. Amílcar Cabral
CP 30 Praia – Cabo Verde
Telef. (238) – 61 49 33

TRIBUNAL DE CONTAS	
Entrada N.º	288
Em	17 / 8 / 98
Por	<i>Acordado</i>

OC 21/98

Senhor Presidente,

pelo conteúdo da Vossa nota somos levados a concluir que as mesmas não foram bastante para as necessidades do Tribunal que Vossa Excelência dirige.

O Ministério das Finanças continua aberto e interessado em prestar todos os esclarecimentos que se mostrarem necessários, em tempo oportuno. Foi por isso que logo após o conhecimento pelo Ministério das Finanças do conteúdo da Vossa missiva, no dia 12 do corrente mês, foi realizada uma reunião entre o Juiz Conselheiro Dr. Manuel Delgado, acompanhado da sua equipa, e o Secretário de Estado Adjunto do Ministro das Finanças, com o intuito de esclarecer o conteúdo do "impasse" referido na Vossa missiva.

Posso informar a Vossa Excelência de que as duas equipas técnicas estão a trabalhar no sentido de, até ao dia 22 do mês em curso, podermos ter as respostas a todas as questões que ainda subsistem ao nível da equipa técnica do Tribunal de Contas.

Queira aceitar Senhor Presidente os nossos melhores cumprimentos

O Secretário de Estado Adjunto do Ministro das Finanças



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



TRIBUNAL DE CONTAS

Praia, 09 de Janeiro de 1996

Exma Senhora Directora-Geral
do Planeamento e Orçamento

Assunto: Parecer sobre as Contas Gerais do Estado - Documentos justificativos das operações realizadas.

1. Nos termos do artº 11º da Lei Nº 84/IV/93, de 12 de Julho, no parecer sobre a Conta Geral do Estado o Tribunal de Contas aprecia, designadamente, os seguintes aspectos:

a) A actividade financeira do Estado no ano a que a conta se reporta, designadamente nos domínios do património, das receitas, das despesas, da tesouraria e do crédito público;

b) O cumprimento da Lei de Enquadramento do Orçamento do Estado e legislação complementar;

c) O inventário do património do Estado;

d) A movimentação de fundos por operações de tesouraria, discriminados por tipos de operações;

e) As responsabilidades, directas ou indirectas, do Estado, incluindo a concessão de avales;

f) As subvenções, subsídios, fiscais, créditos e outras formas de apoio concedidas pelo Estado, directa ou indirectamente.

2. No âmbito dos Trabalhos Preparatórios à emissão do Parecer, decorre neste Tribunal a primeira fase dos trabalhos e que consistem na apreciação inicial das contas gerais do Estado referentes aos anos de 1991 a 1995, remetidos pela Assembleia Nacional para efeitos de parecer.

Sendo este parecer de natureza eminentemente técnica, mostra-se necessário a verificação «in loco» das operações realizadas, de forma a averiguar-se a conformidade da execução orçamental relativa ao ano a que se reporta a conta com as leis em vigor, o que passa



TRIBUNAL DE CONTAS

2

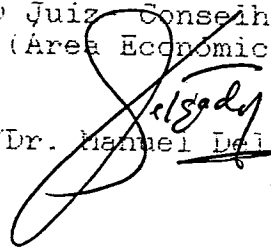
necessariamente pela existência dos documentos justificativos das receitas arrecadadas e das despesas efectuadas.

Tais documentos, devem estar convenientemente organizados por ano económico e por departamentos governamentais, de forma a facilitar a conferência, tanto mais que são escassos o tempo e os recursos humanos disponíveis para tarefas tão complexas como são os pareceres sobre as contas gerais do Estado.

Nesta conformidade, vimos pela presente solicitar a sua valiosa intervenção junto do serviço responsável pela elaboração das Contas do Estado, no sentido de procederem a uma adequada organização dos referidos documentos, da qual dependerá o cumprimento do prazo fixado a este Tribunal para a emissão do citado parecer.

Esperando bom acolhimento da nossa pretensão, apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

O Juiz-Conselheiro.
(Área Económica)


/Dr. Manuel Delgado/



***** - JOURNAL - ***** DATE 15-02-1998 TIME 15:17 *****

COM	PAGES	DURATION	ZNR	IDENTIFICATION	DATE	TIME	DIAGNOSTIC
OK	01	00:00:59	NAT	617764	15-02	15:17	04044031-0900

ISS 61501 *****

2/3



TRIBUNAL DE CONTAS

Exmº Senhor Director Geral das Alfândegas

Antes do mais, queríamos acusar a recepção do mapa demonstrativo dos rendimentos aduaneiros cobrados nas várias Circunscrições Aduaneiras do País no ano económico de 1991 e agradecer-lhe a prontidão com que foi satisfeita a nossa pretensão, o que é fruto da boa cooperação e do bom relacionamento entre as nossas duas instituições.

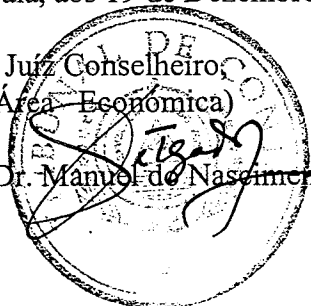
Tendo-se já iniciado os trabalhos preparatórios à emissão dos pareceres sobre as Contas Gerais do Estado referentes aos anos de 1991 a 1996, vimos pela presente solicitar a V.Ex.^a que, no mais curto prazo possível, sejam remetidos a este Tribunal os mapas demonstrativos dos rendimentos cobrados nas Alfândegas do País nos anos de 1992 a 1996, por forma a permitir a este órgão de controlo externo e independente das finanças públicas emitir os pareceres técnicos devidamente fundamentados sobre as mencionadas contas, dentro do prazo que a Lei lhe faculta..

Contando desde já com o empenhamento pessoal de V.Ex.^a na rápida satisfação dos elementos ora solicitados, queira aceitar os meus melhores cumprimentos.

Praia, aos 19 de Dezembro de 1996

O Juiz Conselheiro
(Área Económica)

/ Dr. Manuel de Nascimento Delgado/



9/12/96

***** -JOURNAL- ***** DATE 19-01-1998 ***** TIME 15:11 *****

COM	PAGES	DURATION	X/R	IDENTIFICATION	DATE	TIME	DIAGNOSTIC
OK	01	00:00:50	XMT	616284	19-01	15:10	840440AC0800

***** - 238 616311- - - - -

7821



TRIBUNAL DE CONTAS

Exm^a Senhora Directora Geral
do Planeamento e Orçamento

Assunto: Requisição de justificativos das operações
realizadas em 1991.

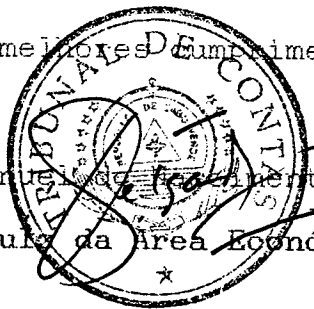
No âmbito dos trabalhos preparatórios à emissão do Parecer sobre a Conta Geral do Estado, referente ao ano de 1991, tivemos hoje a oportunidade de visitar o arquivo dessa Direcção Geral, onde se encontram os justificativos das operações financeiras realizadas no ano em epigrafe, tendo ficado com a impressão de que é satisfatório o seu estado de conservação.

Dado que a verificação de todas as despesas realizadas no ano a que se reporta a conta é tarefa bastante morosa, vimos pela presente requisitar a essa Direcção Geral todos os documentos justificativos das despesas bem como os livros de registo das mesmas (Mod. 17), referentes à execução orçamental de 1991 para verificação neste Tribunal, após a qual serão devolvidos aos vossos arquivos.

Praia, aos 19 de Janeiro de 1998.

Com os melhores cumprimentos.

/Dr. Manuel Delgado Delgado/
(Jefe da Área Económica)



287



TRIBUNAL DE CONTAS

6. Por sua vez, a Lei nº 84/IV/93, de 12 de Julho, veio regular a composição, funcionamento e competência do Tribunal de Contas, passando praticamente a partir da vigência deste diploma a ser um verdadeiro Tribunal de Contas, inserido no aparelho judiciário e exercendo funções da mais alta importância no Estado de Direito Democrático, em que a correcta utilização dos dinheiros públicos e sua fiscalização por um destacado órgão do Estado, independente do Executivo e dos restantes órgãos de soberania, configura-se como uma exigência que decorre da própria natureza desse Estado, em que a prestação regular de contas pelos dirigentes máximos da Nação é um dos fundamentos básicos sob que se assenta o Estado e dá consistência à própria democracia.

7. No que concerne às Contas Gerais do Estado, o parecer a emitir, nos termos das al. b) do artº 189º da CRCV e a) do artº 9º da Lei nº 84/IV/93, o Tribunal de Contas aprecia, designadamente, os seguintes aspectos:

a) A actividade financeira do Estado no ano a que a conta se reporta, designadamente, nos domínios do património, das receitas, das despesas, da tesouraria e do crédito público.

b) O cumprimento da Lei de Enquadramento do Orçamento do Estado e legislação complementar (Lei do Orçamento, Lei de Execução Orçamental, Diplomas de alterações orçamentais, etc);

c) O inventário do Património do Estado;

d) A movimentação de fundos por operações de tesouraria, discriminadas por tipos de operações;

e) As responsabilidades, directas e indirectas, do Estado, incluindo a concessão de avales;

f) As subvenções, subsídios, benefícios fiscais, créditos e outras formas de apoio concedidas pelo Estado, directa ou indirectamente;

8. Face às expectativas criadas com a Resolução acima referida, entende-se necessário que, na fase que antecede à reunião pela Assembleia Nacional das contas gerais do Estado dos anos de 1994 e 1995, se recolham o máximo possível de informações e outros dados relevantes nos domínios que integram o Parecer a emitir por este Tribunal.

9. Para facilitar a recolha de tais informações e obter documentos e informações sobre os referidos domínios, pretende o Juiz da área económico-financeira iniciar uma ronda de contactos com os responsáveis das estruturas do Ministério da



TRIBUNAL DE CONTAS

MEMORANDO

PARA: Sua Ex^{ta} o Secretário de Estado das Finanças, Dr. Ulisses Correia e Silva.

DO: Juiz-Conselheiro do Tribunal de Contas, responsável pela área económica, Dr. Manuel do Nascimento Delgado.

1. Encontrava-se o Governo da 28.ª República perante um angustiante impasse de não poder apresentar as contas gerais do Estado à Assembleia Nacional nos prazos constitucional e regimental previstos, em virtude da impossibilidade da determinação do saldo final da execução orçamental das gerências anteriores, designadamente da referente ao ano de 1996.

2. Sob proposta do Executivo, a Assembleia Nacional, através da sua Resolução nº 50/V/97, de 19 de Junho, publicada no B.O. nº 23, II Série, da mesma data, adoptou medidas excepcionais com vista a ultrapassar o referido impasse e criar condições para que tais contas passem a ser regularmente apresentadas àquele Órgão de Soberania, nos calendários normais.

3. Para resolução do mencionado impasse, dispõe o artigo 19.º da citada Resolução, que a prestação de prestação da Conta Geral do Estado relativamente ao ano económico de 1996 e seguintes, compreendendo todo o saldo da gestão financeira e patrimonial do Estado com referência a 31 de Dezembro de 1996.

4. Visando restabelecer o calendário normal de apresentação da Conta Geral do Estado, a Assembleia Nacional, através do artigo 20.º da resolução em referência, recomendou ao Governo que apresentasse as Contas do Estado relativas aos anos económicos de 1996 a 1998 até 30 de Setembro de 1997 e a do ano económico de 1996 até 31 de Dezembro de 1997.

5. Nos termos do artigo 241.º da Constituição da República do Cabo Verde, aprovada pela Lei Constitucional nº 01/IV/92, de 25 de Setembro, o Tribunal de Contas é o órgão supremo da fiscalização da legalidade das despesas públicas e de julgamento das contas que a lei mandar submeter-lhe.



TRIBUNAL DE CONTAS

Coordenação Económica(MCE), mais directamente ligados à Administração Financeira do Estado, conhecê-los pessoalmente e apresentá-los a, ainda reduzida, Equipa Técnica que, sob a sua coordenação, se ocupa da fiscalização da execução orçamental e dos trabalhos preparatórios à emissão do citado Parecer.

10. Pretende-se, em suma, estabelecer com àqueles responsáveis como que um « Gentleman Agreement », uma espécie de linha aberta de comunicação interdepartamental, isenta de ruídos, de interferências inúteis e de escusadas incompreensões, que não aproveitam a ninguém e que só redundam em reais prejuízos para o próprio Estado que atribui competências específicas a cada um dos seus órgãos e arca com as respectivas despesas de funcionamento e de desenvolvimento.

11- Nesta conformidade, tem o signatário a honra de solicitar a S. Exã o Secretário de Estado das Finanças a sua valiosa intervenção junto dos Departamentos sob a sua responsabilidade, no sentido de se criar um clima de diálogo permanente, aberto e franco, com vista a facilitar a missão que nos foi atribuída pelo Plenário do Tribunal de Contas - acompanhar e fiscalizar a execução orçamental nos vários aspectos em que esta se materializa e coordenar os trabalhos preparatórios à emissão dos pareceres sobre as contas gerais do Estado.

12. Creia, Sr. Secretário de Estado, que o signatário, ao propôr-lhe este relacionamento informal, respeitador das competências de cada órgão e totalmente isento de formalismos e preconceitos, fá-lo na sincera convicção de que, sem esse diálogo e sem esse espírito de parceria, por parte dos responsáveis dum lado (MCE) e do outro(TC), não será possível a este órgão desincumbir-se cabalmente da missão que a Constituição da República e a lei ordinária lhe atribuem.

Com os protestos da mais alta estima e consideração, apresentamos a V. Exã os nossos melhores cumprimentos.

Tribunal de Contas, na Praia, aos 18 de Julho de 1997.

O Juiz-Conselheiro(Área Económica),

/Mamuel do Nascimento Delgado/

***** -JOURNAL- ***** DATE 09-01-1998 ***** TIME 14:33 *****

COM	PAGES	DURATION	X/R	IDENTIFICATION	DATE	TIME	DIAGNOSTIC
OK	02	00:01'25	XMT	616284	09-01	14:31	840440AC0800

238 616284 *****

8838



TRIBUNAL DE CONTAS

Praia, 09 de Janeiro de 1998

Exma Senhora Directora-Geral
do Planeamento e Orçamento

C.C.
Ao Ex^{mo} Secretário-Geral
do MCE.

Para ser conhecido e devidos efeitos.

9/01/98

Assunto: Parecer sobre as Contas Gerais do Estado - Documentos justificativos das operações realizadas.

1. Nos termos do artº 11º da Lei Nº 84/IV/93, de 12 de Julho, no parecer sobre a Conta Geral do Estado o Tribunal de Contas aprecia, designadamente, os seguintes aspectos:

a) A actividade financeira do Estado no ano a que a conta se reporta, designadamente nos domínios do património, das receitas, das despesas, da tesouraria e do crédito público;

b) O cumprimento da Lei de Enquadramento do Orçamento do Estado e legislação complementar;

c) O inventário do património do Estado;

d) A movimentação de fundos por operações de tesouraria, discriminados por tipos de operações;

e) As responsabilidades, directas ou indirectas ou indirectas, do Estado, incluindo a concessão de avales;

f) As subvenções, subsídios, fiscais, créditos e outras formas de apoio concedidas pelo Estado, directa ou indirectamente.

2. No âmbito dos Trabalhos Preparatórios à emissão do Parecer, decorre neste Tribunal a primeira fase dos trabalhos e que consistem na apreciação inicial das contas gerais do Estado referentes aos anos de 1991 a 1995, remetidos pela Assembleia Nacional para efeitos de parecer.

Sendo este parecer de natureza eminentemente técnica, mostra-se necessário a verificação «in loco» das operações realizadas, de forma a averiguar-se a conformidade da execução orçamental relativa ao ano a que se reporta a conta com as leis em vigor, o que passa



TRIBUNAL DE CONTAS

2

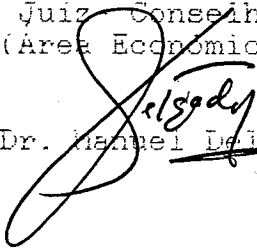
necessariamente pela existência dos documentos justificativos das receitas arrecadadas e das despesas efectuadas.

Tais documentos, devem estar convenientemente organizados por ano económico e por departamentos governamentais, de forma a facilitar a conferência, tanto mais que são escassos o tempo e os recursos humanos disponíveis para tarefas tão complexas como são os pareceres sobre as contas gerais do Estado.

Nesta conformidade, vimos pela presente solicitar a sua valiosa intervenção junto do serviço responsável pela elaboração das Contas do Estado, no sentido de procederem a uma adequada organização dos referidos documentos, da qual dependerá o cumprimento do prazo fixado a este Tribunal para a emissão do citado parecer.

Esperando bom acolhimento da nossa pretensão, apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

O Juiz-Conselheiro,
(Área Económica)


/Dr. Manuel Delgado/



***** -JOURNAL- ***** DATE 21-01-1998 ***** TIME 16:39 *****

COM	PAGES	DURATION	X/R	IDENTIFICATION	DATE	TIME	DIAGNOSTIC
OK	01	00:00'47	XMT	617764	21-01	16:38	840440200800

***** - 238 616311- *****

982



TRIBUNAL DE CONTAS

Exm^o Senhor Director Geral
das Alfândegas

Assunto: Trabalhos Preparatórios relativos à emissão do
Parecer sobre a Conta Geral do Estado.

Antes do mais, queríamos agradecer-lhe a remessa mensal dos dados estatísticos respeitantes aos rendimentos aduaneiros cobrados nas circunscrições aduaneiras do País, o que permitirá este Tribunal acompanhar a execução do orçamento das receitas, dando assim cumprimento ao estatuido na Constituição da República e na Lei ordinária.

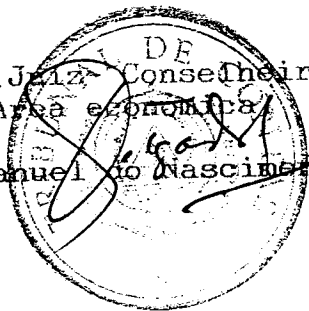
Tendo-se já iniciado os trabalhos preparatórios atinentes à emissão do parecer sobre a Conta Geral do Estado referente ao ano económico de 1991, vimos pela presente solicitar a V.Exã se digne remeter a este Tribunal, até 30 do corrente mês, um mapa demonstrativo dos rendimentos cobrados nas várias Circunscrições Aduaneiras do País (Praia, Mindelo e Espargos), cotejando sempre que possível a previsão com as cobranças efectivamente realizadas no ano a que a conta se reporta (1991).

Valorando as boas relações de colaboração já existentes entre as duas instituições, apresentamos os melhores cumprimentos.

Praia, aos 21 de Janeiro de 1998.

O, Juiz-Conselheiro,
(Área económica)

/Dr. Manuel do Nascimento Delgado/



98/21



TRIBUNAL DE CONTAS

Exm^a Senhora Directora Geral
do Planeamento e Orçamento

Assunto: Requisição de justificativos das operações
realizadas em 1991.

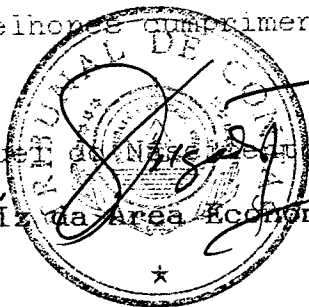
No âmbito dos trabalhos preparatórios à emissão do Parecer sobre a Conta Geral do Estado, referente ao ano de 1991, tivemos hoje a oportunidade de visitar o arquivo dessa Direcção Geral, onde se encontram os justificativos das operações financeiras realizadas no ano em epigrafe, tendo ficado com a impressão de que é satisfatório o seu estado de conservação.

Dado que a verificação de todas as despesas realizadas no ano a que se reporta a conta é tarefa bastante morosa, vimos pela presente requisitar a essa Direcção Geral todos os documentos justificativos das despesas bem como os livros de registo das mesmas (Mod. 17), referentes à execução orçamental de 1991 para verificação neste Tribunal, após a qual serão devolvidos aos vossos arquivos.

Praia, aos 19 de Janeiro de 1998.

Com os melhores cumprimentos.

/Dr. Manuel do Nascimento Delgado/
(Juiz da Área Económica)



982

***** - JOURNAL - ***** DATE 19-02-1998 TIME 16:20 *****

LEN	PAGES	DURATION	X/R	IDENTIFICATION	DATE	TIME	DISPOSITION
OK	02	00:01:37	XNT	238517765	19-02	16:18	240 00000000

***** 238 515311 *****

882



TRIBUNAL DE CONTAS

Exmº Senhor

Director Geral das Contribuições e Impostos

ASSUNTO: Recolha de informações destinadas aos trabalhos preparatórios atinentes à emissão dos pareceres sobre as Contas Gerais do Estado referentes aos anos de 1991 a 1996.

A análise preliminar às Contas Gerais do Estado referentes aos anos de 1991 a 1996, revelaram logo à partida algumas insuficiências na sua organização formal, por não se ter dado integral cumprimento ao disposto nas Leis de Enquadramento Orçamental e nos decretos de execução orçamental e outros diplomas em vigor em cada um dos anos a que àquelas contas se reportam.

Entre tais insuficiências, sobressaem nomeadamente a falta de inclusão nos mapas das receitas relativas aos anos de 1991 a 1996, os montantes das receitas por pagar no início e no final do ano, bem como das receitas liquidadas e das anuladas em cada período a que a conta se reporta.

Constata-se, por outro lado, através das informações fornecidas por essa Direcção Geral, que tais dados foram remetidos à Direcção Geral do Planeamento e Orçamento, organismo responsável pela elaboração das contas gerais do Estado que, por razões que não descortinamos, não os incluiu nos referidos mapas.

Assim, na sequência da conversa telefónica oportunamente tida com V.Excia, venho pela presente solicitar-lhe que, no mais curto prazo possível, sejam remetidos a este Tribunal os mapas contendo os elementos acima referidos, com vista a permitir-lhe a emissão de pareceres técnicos devidamente fundamentados sobre as contas acima epígrafadas, dentro do prazo que a Lei lhe faculta.



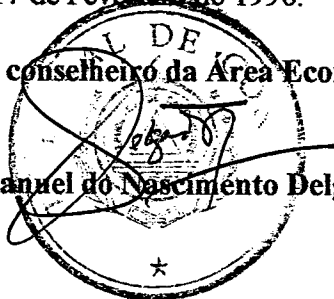
TRIBUNAL DE CONTAS

Dentro do espirito de cooperação e de bom entendimento entre nossas duas instituições e contando desde já com empenhamento pessoal de V. Excia na satisfação tão rápida quanto possível dos elementos ora solicitados, apresento-lhe os meus melhores cumprimentos.

Praia, 17 de Fevereiro de 1998.

O Juíz conselheiro da Área Económica,

/Dr. Manuel do Nascimento Delgado/



[Handwritten signature]

***** -JOURNAL- ***** DATE 21-01-1998 ***** TIME 17:03 *****

COM	PAGES	DURATION	Z/R	IDENTIFICATION	DATE	TIME	DIAGNOSTIC
OK	01	00:00:49	XMT	238517765	21-01	17:02	8404402C0800

238 616311- *****

200



TRIBUNAL DE CONTAS

Exm^o Senhor Director-Geral
das Contribuições e Impostos

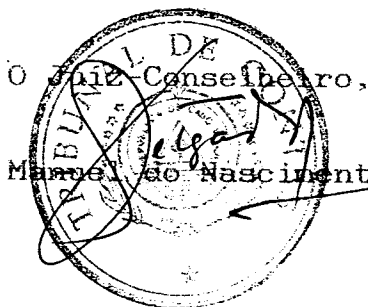
Assunto: Trabalhos Preparatórios relativos à emissão do
Parecer sobre a Conta Geral do Estado.

Antes do mais queríamos referir à visita que fizemos a essa Direcção Geral onde pudemos apreciar, com muita satisfação, o esforço que vem sendo feito no sentido de dotar esse importante departamento da administração financeira do Estado das condições (em termos de meios materiais e humanos) que lhe permitem desempenhar cabalmente as amplas funções que por lei lhe são atribuídas.

Tendo-se já iniciado os trabalhos preparatórios atinentes à emissão do parecer sobre a Conta Geral do Estado referente ao ano económico de 1991, vimos pela presente solicitar a V.Exã se digne remeter a este Tribunal, até 30 do corrente mês, os documentos justificativos das receitas cobradas anuladas e não pagas no ano de 1991, nas Repartições de Finanças do país, cotejando sempre que possível a receita prevista com as cobranças efectivamente realizadas no ano a que a conta se reporta (1991).

Valorando as boas relações de colaboração já existentes entre as nossas duas instituições, apresentamos os melhores cumprimentos.

Fraia, aos 21 de Janeiro de 1998.



/Dr. Manoel do Nascimento Delgado/

988

***** - JOURNAL - ***** DATE 03-03-1998 ***** TIME 19:50 *****

COM	PAGES	DURATION	X/R	IDENTIFICATION	DATE	TIME	DIAGNOSTIC
0*	01	00:00'50	XMT	616284	03-03	10:40	640-4-400500

***** - 238 616311- - *****

Handwritten signature or mark.



TRIBUNAL DE CONTAS

Praia, 03 de Março de 1998.

Exma. Senhora Directora Geral do Planeamento e Orçamento

Temos a honra e o prazer de informar-lhe de que já demos início aos trabalhos preparatórios atinentes à emissão do Parecer sobre as Contas Gerais do Estado de 1991 a 1996, o qual deve preceder a aprovação das mesmas pela Assembleia Nacional.

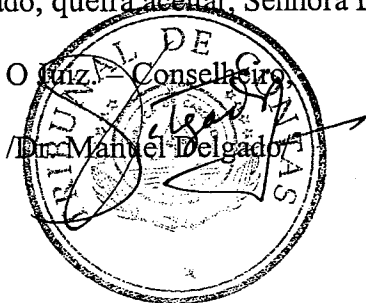
Considerando a inteira disponibilidade reiterada por V.Ex.^a para a prestação de esclarecimentos e demais informações complementares sobre a forma como decorreu a execução orçamental em todas as suas vertentes nos vários exercícios económicos a que aquelas contas se reportam, vimos pela presente solicitar-lhe que nos sejam facultados os relatórios do Ministro das Finanças que serviram de base à apresentação dos Orçamentos referentes aos de 1995 e 1996, por serem peças fundamentais para o conhecimento dos objectivos, das estratégias e das metas preconizadas para cada um desses anos.

No caso de não disporem de exemplares já encadernados, muito apreciaríamos que nos fossem facultadas fotocópias dos referidos relatórios, com a brevidade possível.

Contando desde já com o seu empenhamento pessoal na satisfação do ora solicitado, queira aceitar, Senhora Directora-Geral, os nossos melhores cumprimentos.

O 1.º Vice-Presidente

Dr. Manuel Delgado



Handwritten signature

***** -JOURNAL- ***** DATE 12-05-1998 ***** TIME 10:25 *****

COM	PAGES	DURATION	X/R	IDENTIFICATION	DATE	TIME	DIAGNOSTIC
OK	01	00:01'00	XMT		12-05	10:24	342480CC2800

***** - 238 616311- *****

para 611922

gpd



TRIBUNAL DE CONTAS

Praia, 8 de Maio de 1998

Senhora Directora Geral

do Planeamento e Orçamento

Como é conhecimento de V.Ex.^a estão em curso os trabalhos preparatórios relativos aos pareceres a emitir por este Tribunal sobre as Contas Gerais do Estado referentes aos exercícios de 1991 a 1993, aos quais se seguirão os relativos às Contas de 1994 a 1996.

Como poderá avaliar, tratam-se de tarefas complexas, agravadas pela insuficiência de informações e do lapso de tempo já decorrido desde a execução orçamental e a data em que os pareceres foram solicitados.

Face à carência de elementos informativos que as referidas contas não facultam e dentro do espírito de boa cooperação entre as duas instituições, ambas com responsabilidades na área das finanças públicas, tenho a honra de informar V.Ex.^a de que uma Equipa técnica, constituída pelos Drs. Luciano Fortes e Maria de Fátima Pires e pelo Técnico-Adjunto, Sr David Monteiro, se deslocarão a essa Direcção Geral em data a combinar, com o objectivo de «in loco» colher informações e esclarecer dúvidas surgidas no decurso dos trabalhos.

Dado que o prazo para apresentação do parecer é muito reduzido, proponho-lhe que a deslocação da referida equipa tenha lugar no dia 13 do corrente, às 9 horas.

Agradecendo desde já as facilidades que estou certo V.Ex.^a irá proporcionar à realização da mencionada missão, queira aceitar, Sr.^a Directora-Geral, os meus melhores cumprimentos.

O Coordenador dos Trabalhos Preparatórios,

Dr. Manuel do Nascimento Delgado

(Juiz-Conselheiro)



gpd

***** -JOURNAL- ***** DATE 17-02-1998 ***** TIME 16:37 *****

COM	PAGES	DURATION	X/R	IDENTIFICATION	DATE	TIME	DIAGNOSTIC
OK	01	00:00'49	XMT T	614640	17-02	16:36	802440AC0800

***** - 233 616311- *****

7/2/98

238 616311- *****

COM	PAGES	DURATION	X/R	IDENTIFICATION	DATE	TIME	DIAGNOSTIC
OK	02	00:02.00	XMT	T	614640	17-02 16:15	800444080800

***** JOURNAL - ***** DATE 17-02-1998 ***** TIME 16:17 *****

2/2

***** -JOURNAL- ***** DATE 17-02-1998 ***** TIME 16:17 *****

COM	PAGES	DURATION	X/R	IDENTIFICATION	DATE	TIME	DIAGNOSTIC
01	02	00:02'00	XMT T	614640	17-02	16:15	800440A80800

***** - 238 616311- *****

92/21



TRIBUNAL DE CONTAS

Exmº Senhor

Director Geral do Tesouro

ASSUNTO: Recolha de informações destinadas aos trabalhos preparatórios atinentes à emissão dos pareceres sobre as Contas Gerais do Estado referentes aos anos de 1991 a 1996.

A análise preliminar às Contas Gerais do Estado referentes aos anos de 1991 a 1996, revelaram logo à partida algumas insuficiências na sua organização formal, por não se ter dado integral cumprimento ao disposto nas Leis de Enquadramento Orçamental e nos decretos de execução orçamental e outros diplomas em vigor em cada um dos anos a que àquelas contas se reportam.

Entre tais insuficiências, sobressaem nomeadamente a falta de inclusão de dados referentes à situação da Dívida Pública, interna e externa, no início e no final de cada ano económico, assim como mapas demonstrativos das Operações de Tesouraria realizadas nos mesmos períodos.

Com efeito, o Decreto-Lei nº 49/89, de 26 de Junho, que aprova a estrutura da Conta Geral do Estado, estipula nos seus artigos 2º e 3º que o relatório do Ministro das Finanças deve ser acompanhado de mapas e quadros com informações sobre a evolução da dívida pública e respectivos encargos assim como a Conta geral do movimento de operações de tesouraria, com indicação dos saldos em 1 de Janeiro a 31 de Dezembro.

Como é evidente, as Contas Gerais de 1991 a 1993 deveriam ter sido elaboradas de acordo com a estrutura aprovada pelo mencionado Decreto-Lei nº 49/89, atendendo a que a nova Lei de Enquadramento Orçamental (Lei nº 86/IV/93) de 29 de Novembro, que dá nova estrutura à Conta Geral do Estado só entrou em vigor em 2 de Janeiro de 1994.



TRIBUNAL DE CONTAS

Quanto às Contas Gerais de 1994 a 1996, aplica-se -lhes a estrutura prevista no Capítulo IV da Lei nº 86/IV/93, de 29 de Novembro.

Convindo suprir no mais curto prazo possível tais insuficiências, com vista a habilitar este Tribunal com os elementos indispensáveis à emissão de um parecer técnico devidamente fundamentado, solicita-se a essa Direcção Geral, o envio, no prazo de 15 dias, dos elementos referentes aos anos de 1991 a 1996, constantes dos anexos I a IV.

Mapa I- Aplicação do Produto de Empréstimos Externos nos anos de.....

Mapa II- Aplicação do Produto de Empréstimos Internos nos anos de.....

Mapa III- Situação da Dívida Interna no início e no fim de cada Período.

Mapa IV- Situação da Dívida Externa no início e no final do período

Mais se solicita que, conjuntamente com estes mapas, seja também remetido a este Tribunal o mapa nº 8- Conta geral do movimento de operações de tesouraria, a que se refere o artigo 3º do citado decreto-lei.

Contando desde já com o empenhamento pessoal de V.Exª na satisfação tão rápida quanto possível dos elementos ora solicitados, apresento-lhe os meus melhores cumprimentos.

Praia, 17 de Fevereiro de 1998.

O Juiz- Conselheiro da Área Económica,

/Dr. Manuel do Nascimento Delgado/



EM CONTOS

[illegible]

Página 1

SITUAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA NO INÍCIO E NO FIM DE CADA PERÍODO

EMPREST.	LEGISLAÇ. APLICÁVEL	AUTORI- ZADO	SUBSCRITO	DÍVIDA NO INÍCIO ANO	AMORTIZA- ÇÕES	ACRÉSC. LIQUIDO	DÍVIDA NO FIM DO ANO

9/1/99

SITUAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA NO INÍCIO E NO FIM DE CADA PERÍODO

EMPREST.	LEGISLAÇ. APLICÁVEL	AUTORI- ZADO	SUBSCRITO	DÍVIDA NO INÍCIO ANO	AMORTIZA- ÇÕES	ACRÉSC. LIQUIDO	DÍVIDA NO FIM DO ANO

***** -JOURNAL- ***** DATE 25-05-1998 ***** TIME 07:50 *****

COM	PAGES	DURATION	X/R	IDENTIFICATION	DATE	TIME	DIAGNOSTIC
OK	01	00:00'29	XMT		25-05	07:50	842460AE0808

***** -

Handwritten signature



TRIBUNAL DE CONTAS

Exm^a Senhora Directora-Geral

do Planeamento e Orçamento

Ministério das Finanças

Assunto: Missão de recolha de informações relativas às Contas Gerais do Estado.

Relativamente ao assunto em epígrafe, tenho a honra de acusar a recepção e de agradecer o conteúdo do seu fax de hoje, 22 do corrente, aproveitando-me da ocasião para informar V.Ex^a que a mencionada missão se deslocará a essa Direcção-Geral, na próxima 3^a Feira, 26 do corrente, às 9 horas.

Melhores cumprimentos.

Praia, 22 de Maio de 1998.

O Juiz Conselheiro do TC,

/ Dr. Manuel Delgado

983



TRIBUNAL DE CONTAS

Praia, 28 de Maio de 1998

Exm^a Senhora Directora-Geral
do Planeamento e Orçamento

Ministério das Finanças

Nota n.º 353/TC/98

Assunto: Pedido de dados e informações
relativos às contas gerais do Estado
de 1991 a 1993.

1. Como foi oportunamente levado ao conhecimento de V.Ex.^a, encontram-se em curso os trabalhos preparatórios relativos à emissão dos pareceres sobre as Contas Gerais do Estado referentes aos anos de 1991 a 1993. Contudo, as análises até ao momento levadas a cabo pela equipa técnica responsável por tais trabalhos revelam muitas deficiências e insuficiências na organização das referidas contas, designadamente, a omissão de alguns mapas e quadros informativos respeitantes quer às receitas orçadas quer às despesas executadas, incluídas, como não poderia deixar de ser, as operações realizadas à margem do orçamento, por forma a salvaguardar as regras da unidade e universalidade do orçamento.
2. Sublinhe-se que, além da Lei que, em cada ano, aprova as linhas gerais do orçamento do Estado e do decreto que o põe em execução, deve ser ainda tido em conta na elaboração das Contas Gerais do Estado, a Lei n.º 51/II/85, de 10/01, que define os princípios e normas básicas a que deverá obedecer a

Recebi e.g.

7/2/98



TRIBUNAL DE CONTAS

elaboração do orçamento do Estado, bem como à fiscalização e responsabilidades orçamentais e o Decreto-Lei n.º 49/89, de 26 de Julho, que regula a forma como devem ser apresentados os resultados da execução orçamental.

4. A elaboração das contas gerais do Estado de 1991 a 1993, deveria obedecer ao figurino previsto no último diploma, o qual estatui, no seu art.º 1.º que a Conta Geral do Estado se compõe das partes do Relatório do Ministro das Finanças e das partes I e II, cujo conteúdo se apresenta em anexo.

Todavia, da análise empreendida às contas, verifica-se que não foi respeitado, na íntegra, a estrutura preconizada naquele diploma, não estando nelas incluídas os seguintes mapas e informações a que alude o referido Decreto-lei, designadamente:

- ♦ Mapa 1- Conta geral das receitas ^e com as despesas do Estado;
- ♦ Mapa 2- Este mapa pode ser subdividida em dois mapas: um, referente às receitas e outro às despesas.
 - Mapa 2.1 - Conta geral das receitas orçamentais, por cobrar em 1 de Janeiro e em 31 de Dezembro do ano a que a conta respeite, liquidadas, cobradas e anuladas durante o ano;
 - Mapa 2.2- Conta geral das despesas orçamentais, liquidadas, pagas, anuladas ou alteradas, em idêntico período;



TRIBUNAL DE CONTAS

- ♦ **Mapa 3-** Resumo, por capítulos, das receitas orçamentais por cobrar em 1 de Janeiro do ano a que a conta respeite, liquidadas, cobradas e anuladas durante o ano e por cobrar em 31 de Dezembro do mesmo ano;
 - ♦ **Mapa 4-** Resumo da cobrança comparada com a previsão orçamental e com a cobrança do ano anterior.
5. Além da omissão destes mapas, que, como dissemos, são comuns a todas os exercícios económicos em apreço, não foram também incluídas nas referidas Contas informações que, se não forem fornecidas com a necessária urgência, podem pôr em risco a emissão, em tempo útil, dos pareceres solicitados pelo Parlamento.

Entre as informações em falta, destacam-se as seguintes, como sendo as mais relevantes para os trabalhos preparatórios em curso:

- Evolução da Dívida Pública e respectivos encargos.
- Créditos do Estado em 31 de Dezembro do ano a que respeita a conta.
- Conta geral das receitas orçamentais por cobrar, em 1 de Janeiro e 31 de Dezembro do ano a que a conta respeita. (Mapa II);
- Resumo, por capítulo, das receitas orçamentais, por cobrar em 1 de Janeiro do ano a que a conta respeite, liquidadas, cobradas, e anuladas durante o ano e por cobrar em 31 de Dezembro do mesmo ano;



TRIBUNAL DE CONTAS

- Resumo da cobrança realizada comparada com a respectiva previsão orçamental;
 - Desenvolvimento, por impostos e outros rendimentos, das receitas do Estado por cobrar em 1 de Janeiro, liquidadas, anuladas e cobradas durante e por cobrar em 31 de Dezembro.
 - Não inclusão nas Contas de 1991 e 1992, de nenhuma verba relativa aos Passivos Financeiros, o que causa uma certa estranheza, tendo em conta os valores previstos nos orçamentos relativos a estes anos;
 - Relativamente aos anos de 1992 e 1993, verifica-se uma discrepância quanto ao montante dos pagamentos referentes à Dívida Pública, o que carece de esclarecimento.
 - Não inclusão, na Conta de 1992, dos quadros respeitantes ao desenvolvimento das despesas do Ministério da Defesa e da Assembleia Nacional relativo ao ano de 1993.
6. Sublinhe-se que, além dos mapas e das insuficiências acima apontadas, é no domínio da Dívida Pública e das operações realizadas pelo Tesouro em cada um dos anos a que a conta se reporta, que a situação é mais preocupante, tendo em conta que nesses anos não foram fornecidas informações sobre o movimento global da dívida (interna e externa) no início e no final de cada exercício financeiro.

Observa-se, contudo, que apenas foi incluído em cada um dos referidos anos um mapa contendo dados relativos ao serviço da dívida externa- Juros e amortização do capital, não havendo qualquer indicação quanto ao serviço da dívida interna, quando é



TRIBUNAL DE CONTAS

certo que nas leis anuais de aprovação do orçamento têm sido incluídas disposições autorizando o Governo “a contrair empréstimos internos e externos, incluindo créditos bancários, para fazer face às necessidades de financiamento decorrentes da execução do Orçamento Geral do Estado”.

Em face do que precede:

- Considerando a especial responsabilidade dessa Direcção Geral, como entidade executora do orçamento geral do Estado, e, em decorrência, também responsável pela apresentação das contas, de acordo com a estrutura prevista nas leis aplicáveis;
- Atendendo a que, a omissão, nas contas em análise, dos mapas e informações supra mencionados, dificulta, senão mesmo impossibilita, a emissão dos pareceres solicitados a este Tribunal, elementos esses essenciais à formulação de juízos opinativos sobre a regularidade e legalidade da execução orçamental nos anos a que àquelas Contas se reportam (1991 a 1993);

Vimos, pela presente, solicitar a valiosa intervenção de V.Ex.^a junto do serviço responsável pela elaboração das contas, no sentido de, no prazo de 15 dias a partir da recepção deste ofício, serem remetidos a este Tribunal os mapas e/ou as informações em falta, pois só com a disponibilização de tais elementos é possível a este órgão de controlo externo das finanças públicas desincumbir-se da missão que lhe é cometida pela Constituição e pelas leis ordinárias.



TRIBUNAL DE CONTAS

todas as partes envolvidas - Tribunal e os departamentos da administração financeira do Estado encarregues da cobrança das receitas e da realização de despesas públicas.

Como poderá V.Excia constatar nas correspondências que temos a honra de anexar, na sequência da análise preliminar às contas, que revelaram logo à partida algumas deficiências e insuficiências não só quanto à forma como ao próprio conteúdo, foram expedidas ^{NATHS} aquelas direcções-gerais, nas quais eram solicitados os dados em falta e outros esclarecimentos necessários ao regular andamento dos trabalhos preparatórios em curso.

Entre esses dados, destacam-se os relativos à situação da Dívida Pública, interna e externa, no início e no final de cada exercício financeiro, bem como os mapas demonstrativos das Operações de Tesouraria realizadas nos mesmos períodos. Constatou-se também que nas rubricas "Passivos Financeiros", relativos aos anos de 1991 e 1992, não foram sequer registados nenhum valor, o que faz pressupor que naqueles anos não foram realizadas operações de crédito, interno ou externo, para ocorrer a eventuais dificuldades na execução orçamental.

Este último aspecto causou-nos certa estranheza, tendo em atenção as dificuldades referidas nos relatórios que acompanharam as contas em análise, tanto mais que em todas as leis orçamentais relativas àqueles exercícios financeiros, constam normativos que autorizam o Governo a contrair empréstimos internos e externos, incluindo créditos bancários, para fazer face às necessidades de financiamento do Orçamento Geral do Estado.

Para se sair do impasse a que nos encontramos, urge que, de imediato, as referidas direcções-gerais nos respondam o seguinte:

- a) Como foi financiado o Déficit Global dos Orçamentos relativos aos exercícios de 1991 e 1992, como mostra o seguinte quadro:

	<u>1991</u>	<u>1992</u>
		Em contos
Receitas Cobradas (Rc)	4.841.724	7.759.862
Despesas Realizadas (Dr).....	4.654.882	7.188.383
Déficit (Rc-Dr).....	(2.918.588)	(2.533.501)

- b) Qual o stock inicial e final da Divida Pública e respectivos encargos, nos anos de 1991 a 1993.

É evidente que o não fornecimento atempado dos dados e outros esclarecimentos solicitados às entidades acima apontadas vem criando sérios embaraços ao regular andamento dos trabalhos preparatórios em curso, colocando-nos deste modo perante a delicada situação de incumprimento do prazo fixado pelo Plenário deste Tribunal para apresentação definitiva do projecto do parecer.

Trata-se quanto a nós, de uma situação particularmente grave, que requer uma solução adequada, porquanto, além, dos atrasos nos trabalhos preparatórios e no cumprimento do prazo para remessa dos pareceres ao Parlamento, a falta daqueles dados e dos esclarecimentos solicitados poderá eventualmente conduzir-nos à situação de não poder emitir um parecer técnico devidamente fundamentado sobre a forma como decorreu a execução orçamental naqueles exercícios. Contudo, esta situação poderá ainda ser evitada desde que haja da parte daquelas entidades maior empenhamento no fornecimento dos dados oportunamente solicitados.

Não podendo nem devendo o Tribunal, por falta de fornecimento de dados relevantes para a emissão dos pareceres, protelar por mais tempo a

tomada de posição sobre as contas em exame, foi-lhes fixado pelo Plenário daquele Tribunal o prazo de 20 do corrente mês para apresentação definitiva do Projecto de Parecer, baseado nas informações constantes das Contas em exame, com vista a remetê-lo ao Parlamento até 31 de Julho.

Face a situação exposta, o signatário, na qualidade de relator dos pareceres sobre as contas em análise, tem a honra de solicitar a valiosa intervenção de V.Ex.^a junto das mencionadas direcções-gerais no sentido de, no mais curto prazo possível, seja dada satisfação às nossas solicitações, com vista a evitar que, por manifesta falta de informações imprescindíveis, sejamos obrigados a pronunciarmo-nos pela impossibilidade de emissão do parecer, situação que estamos tentando ultrapassar com a colaboração das partes envolvidas.

Confiante de que V.Excia encontrará uma solução satisfatória à delicada situação em causa, queira aceitar, Senhor Ministro, os nossos melhores cumprimentos.

O Juiz-Conselheiro,


/Manuel do Nascimento Delgado/

Anexos:

As correspondências n/nota mencionadas.







TRIBUNAL DE CONTAS

Senhor
Ministro das Finanças:

Nota Confid. N.º 410/TC/98

31 de Julho de 1998

Praia,

C/C à suas Excias:

- **Sr. Presidente da Assembleia**

Nacional

- **Sr. Primeiro Ministro**

Excelência:

Assunto: Parecer sobre as Contas Gerais do Estado de 1991 a 1993.

1. O Plenário do Tribunal de Contas, reuniu-se em 6 do corrente mês, para, expressamente, apreciar os trabalhos preparatórios relativos ao parecer sobre as contas indicadas em epígrafe, tendo aquele Plenário começado por ouvir uma exaustiva exposição do Juíz-Conselheiro Dr. Manuel Delgado sobre o estado daqueles trabalhos, na qual foram realçados os avanços alcançados e as dificuldades encontradas, prendendo-se estas, designadamente, com o não fornecimento atempado, apesar de solicitados, de dados e outras informações relevantes, pelas entidades que, directa ou indirectamente, se encontram mais ligadas à problemática da execução orçamental referente ao Orçamento Geral do Estado, no caso vertente a Direcção-Geral do Orçamento e a Direcção-Geral do Tesouro.

Sublinhou ainda aquele Conselheiro que as referidas dificuldades são maiores, porque, além da omissão de valores em algumas rubricas orçamentais, as contas não reflectem as operações realizadas à margem da



TRIBUNAL DE CONTAS

execução orçamental propriamente dita, mas que com ela estão intimamente relacionadas, nem tão pouco vieram acompanhadas de notas explicando os motivos e a base legal de certas operações financeiras, realizadas no decorrer dos exercícios económicos em exame, o que dificulta sobremaneira a compreensão da respectiva natureza e finalidades.

2. Tendo escutado com natural interesse a referida exposição, o Plenário deste Tribunal, congratulou-se com os esforços desenvolvidos, porquanto, apesar das dificuldades enfrentadas e da escassez de tempo e de recursos humanos e materiais envolvidos nos trabalhos, foi ainda assim possível apresentar um projecto de relatório, de inegável mérito, que constituirá o fundamento para a emissão dos pareceres que, nos termos da lei, deve o Tribunal emitir sobre as contas gerais do Estado, antes destas poderem ser julgadas pela Assembleia Nacional.

Porém, no que concerne aos atrasos verificados na ultimação dos trabalhos, por motivos que nos são completamente alheios, o Plenário, ponderando que o Tribunal não poderá protelar por muito tempo a remessa ao Parlamento do parecer sobre as mencionadas Contas Gerais do Estado, recomendou àquele Conselheiro que insistisse mais uma vez junto daquelas entidades no sentido de obtenção em prazo razoável dos elementos em falta, tendo o mesmo feito diligências nesse sentido por carta dirigida directamente a V. Ex^a, na qual era solicitada a sua valiosa intervenção junto das referidas entidades no sentido de darem satisfação às solicitações deste Tribunal..

3. O Plenário, tendo em conta que as férias judiciais se iniciam amanhã, 1 de Agosto, reuniu-se hoje, 31 de Julho, em sessão plenária, para tomar uma decisão definitiva sobre o parecer sobre as referidas contas, tendo em conta que as informações prestadas pelo respectivo relator sobre o estado dos trabalhos é preocupante, pois constata-se que se está perante uma situação de impasse que urge resolver, já que não se registou praticamente qualquer progresso nos trabalhos desde a sessão plenária de 6 do corrente.

483

***** JOURNAL - ***** DATE 25-08-1998 ***** TIME 10:14 *****

COM	PAGES	DURATION	X/R	IDENTIFICATION	DATE	TIME	DIRECTION
OK	01	00:00'46	XMT	T	26-08	10:13	80844067500
				614640			

***** - 338 616314 *****



TRIBUNAL DE CONTAS

Praia, 26 de Agosto de 1998

Senhor
Secretário de Estado Adjunto
do Ministro das Finanças

Excelência:

Assunto: Dados referentes às Contas Gerais do Estado para os anos de 1991-1993

Temos a honra de acusar a recepção da nota n.º 052/SEAMF/98, de 25 do corrente, bem como agradecer a V. Excelência o fornecimento do Quadro contendo os elementos relativos à evolução dos passivos financeiros e stock da dívida interna e externa, no período acima epigrafado.

Contando sempre com a sua disponibilidade pessoal e a dos seus mais directos colaboradores para esclarecimento de eventuais dúvidas que venham a surgir ao longo dos trabalhos, queira aceitar, Senhor Secretário de Estado-Adjunto, os nossos melhores cumprimentos.

O Juíz-Conselheiro,

(Relator dos Pareceres/ as C.G.E.)

/Mantel do Nascimento Delgado/

